

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

JOELITA FARIAS SILVA LODI



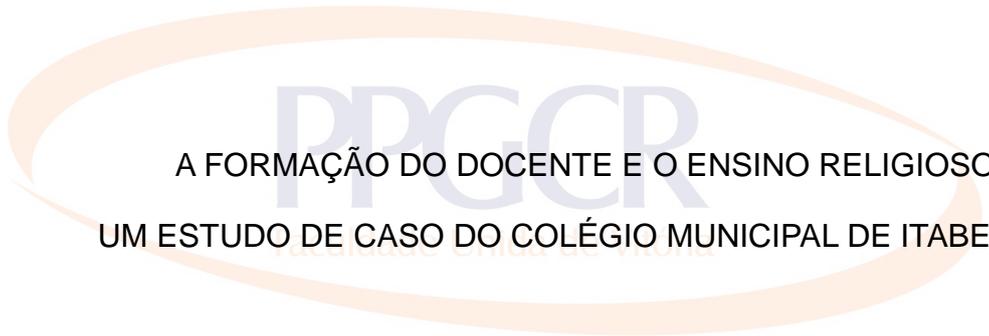
A FORMAÇÃO DO DOCENTE E O ENSINO RELIGIOSO:
UM ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO MUNICIPAL DE ITABELA/BA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 19/01/2016.

VITÓRIA-ES
2015

JOELITA FARIAS SILVA LODI

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 19/01/2016.



A FORMAÇÃO DO DOCENTE E O ENSINO RELIGIOSO:
UM ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO MUNICIPAL DE ITABELA/BA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Esfera Pública.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo de Paula Cavalcante

VITÓRIA-ES
2015

Lodi, Joelita Farias Silva

A formação do docente e o ensino religioso / Um estudo de caso do Colégio Municipal de Itabela/BA / Joelita Farias Silva Lodi. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2015.

xii 79 f. ; 31 cm.

Orientador: Ronaldo de Paula Cavalcante

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2015.

Referências bibliográficas: f. 74-79

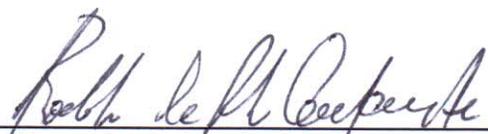
1. Ciências das religiões. 2. Religião e esfera pública. 3. Ensino religioso. 4. Formação. 5. Aspectos históricos. 6. Estudo de caso. - Tese. I. Joelita Farias Silva Lodi. II. Faculdade Unida de Vitória, 2015. III. Título.

JOELITA FARIAS SILVA LODI

A FORMAÇÃO DO DOCENTE E O ENSINO RELIGIOSO: UM ESTUDO DE CASO
DO COLÉGIO MUNICIPAL DE ITABELA/BA

Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões no
Programa de Mestrado Profissional em
Ciências das Religiões da Faculdade Unida
de Vitória.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 19/01/2016.


Doutor Ronaldo de Paula Cavalcante – UNIDA (presidente)


Doutor Nelson Kilpp – UNIDA


Doutor Orivaldo Pimentel Lopes Junior – UFRN

AGRADECIMENTOS

Não poderia ser diferente, o primeiro agradecimento é à Deus pela sua infinita misericórdia por não permitir que os obstáculos surgidos durante esta trajetória pudessem me fazer desistir. Enfim, superar as dificuldades no decorrer destes dois anos só se tornou possível porque o Pai Celestial sempre esteve e estará conduzindo minha vida, obrigada meu Pai!

Ao meu esposo, Francisco, sei que você foi fundamental para concretização desta etapa em minha vida. Sempre me apoiando nos momentos de dúvidas, exemplo de amor e companheirismo. Te amo!

Aos meus filhos, Joefran e Kleyton, por quem tenho amor incondicional. Grandes bênçãos na minha vida.

À Lucinéia Confalonieri, você, minha amiga comadre que por diversas vezes acreditou em mim quando nem eu mesma acreditava, proporcionou uma enorme ajuda neste trajeto para que este sonho se concretizasse. Muito obrigada por tudo!

Ao meu orientador Prof. Dr. Ronaldo Cavalcante, por ter me orientado neste trabalho. Suas contribuições foram de grande valia.

À Mauro Luiz (diretor da escola em que leciono) e Emanuel Oliveira (secretário municipal de educação, local em que atuo no Departamento de Estatística), pelo apoio e compreensão nos momentos de minha ausência para participar das aulas deste curso.

E aos demais mestres da Faculdade Unida, pelo comprometimento e partilha na construção do saber.

A todos, que de uma forma ou de outra, tornaram possível a realização deste estudo, meu muito obrigada!



*Religião,
o solene desvelar dos segredos ocultos do homem,
a revelação dos seus pensamentos mais íntimos,
a confissão pública dos seus segredos de amor.*

Ludwig Feuerbach

RESUMO

O presente trabalho dissertativo está pautado na formação docente para a prática profissional da disciplina Ensino Religioso do Ensino Fundamental do Colégio Municipal de Itabela/BA, da rede pública. Conquanto, apresenta-se a trajetória do ensino religioso no Brasil desde o período colonial aos dias atuais, que teve sua abordagem enraizada em um caráter doutrinário e catequético. Ao longo do tempo perdeu sua identidade e seu papel no ambiente escolar. Ocorre que atualmente a LDB 9394/1996 põe a disciplina como parte do núcleo comum da estrutura curricular das escolas públicas brasileira, proibindo qualquer tipo de proselitismo. Outro ponto refere-se à ausência de docentes qualificados para lecionarem o Ensino Religioso, prejudicando o estudo do fenômeno religioso na sala de aula através de uma prática pedagógica baseada numa concepção catequética ou teológica.

Palavras-chave: Aspectos Históricos. Ensino Religioso. Formação Docente.

ABSTRACT

This dissertative work is guided by the teacher formation for professional practice of Religious Education discipline of Primary Education public school of the City of Itabela, Bahia. Although it presents the trajectory of religious education in Brazil since the colonial period to the present day, which had its approach rooted in a doctrinal and catechetical character. Over time, it lost its identity and its role in the school environment. Occurs that currently the LDB 9394/1996 puts discipline as part of the common core curriculum structure of Brazilian public schools, forbidding any kind of proselytizing. Another point refers to the absence of qualified teachers to teach Religious Education, hindering the study of the religious phenomenon in the classroom through a pedagogical practice based on a catechetical or theological conception.

Keywords: Historical Aspects. Religious Teach. Teacher Training.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
BA	Bahia
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONER	Conselho de Ensino Religioso
CONSED	Conselhos Estaduais de Educação
CP	Conselho Pleno
DGAE	Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja Católica no Brasil
D.O. E	Diário Oficial do Estado
ER	Ensino Religioso
FONAPER	Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNER	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Religião praticada pelo docente.....	63
Gráfico 02: Formação do docente.....	64
Gráfico 03: Opinião sobre a prática do ER na escola.....	64
Gráfico 04: Planejamento baseado nos PCNER.....	65
Gráfico 05: Conteúdos considerados mais importantes no ER.....	65
Gráfico 06: Material utilizado nas aulas de ER.....	66
Gráfico 07: Requisitos importantes para ser professor de ER.....	66
Gráfico 08: Conhecimento sobre o programa de ER para o ensino fundamental.....	67
Gráfico 09: Desafios enfrentados como docente do ER.....	67
Gráfico 10: Receptividade dos discentes ao ER.....	68
Gráfico 11: Tipos de avaliação utilizados no ER.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Histórico da trajetória do Ensino Religioso do Colégio Municipal de Itabela.....	57
---	----



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL	16
1.1 Religião e Ensino Religioso.....	16
1.2 A Trajetória do Ensino Religioso no Brasil: do Período Colonial à atualidade.	23
1.3 A Abordagem do Ensino Religioso na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96.....	25
1.4 A Liberdade Religiosa e o Ensino Religioso.....	26
2 O ENSINO RELIGIOSO COMO DISCIPLINA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	30
2.1 Concepções do Fenômeno Religioso.....	30
2.2 O Ensino Religioso no Espaço Escolar.....	36
2.2.1 O Currículo de Ensino Religioso	37
2.2.2 O Ensino Religioso no Projeto Político Pedagógico da Escola.....	40
2.3 Avaliação da Disciplina de Ensino Religioso.....	41
2.4 Pressupostos Necessários para o Docente de Ensino Religioso: Formação Profissional e Didática.....	44
2.4.1 A Formação do Docente numa Perspectiva Cidadã.....	46
3 A FORMAÇÃO DOCENTE NO COLÉGIO MUNICIPAL DE ITABELA/BA ...	49
3.1 Breve Histórico.....	49
3.2 O Que Diz o Projeto Político Pedagógico da Escola Acerca do Ensino Religioso.....	53
3.3 A Qualificação do Profissional que Leciona o Ensino Religioso na Escola em Questão.....	59
3.4 A Prática Pedagógica Aplicada pelos Docentes de Ensino Religioso no Colégio Municipal de Itabela.....	61
CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	74

ANEXOS	80
ANEXO: A	81
ANEXO: B	83



INTRODUÇÃO

“[...] E aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é a marca das lições diárias de outras tantas pessoas”.
Gonzaguinha

A escola é responsável pela formação epistemológica do homem. Mas, acima de ser o lugar de aprendizagem é, sobretudo, o lugar de convivência social, de interação com o outro. Local também de convergências e divergências de pensamentos. Especialmente porque há atualmente uma vivência de novos tempos, novas expectativas e novos valores. Se há por um lado, uma sociedade extremamente consumista e preocupada com os bens materiais, por outro lado há também uma busca pelo entendimento da existência humana. Talvez seja essa a grande incógnita do homem desde os seus primórdios. Daí sua aliança com o poder divino como forma de superar obstáculos do dia a dia.

A questão do sagrado é vista como algo que faz parte da natureza humana. Por isso, o indivíduo necessita relacionar-se como o fenômeno religioso, e a escola é o espaço fomentador para discutir as inquietações que englobam o sagrado. Porém, é importante perceber a educação religiosa no espaço escolar como um “processo de desenvolvimento global da consciência e da comunicação entre educador e educando; à escola compete integrar, dentro de uma visão de totalidade, os vários níveis de conhecimento: o sensorial, o intuitivo, o afetivo, o racional e o religioso”.¹

É a partir desses pressupostos que o presente trabalho dissertativo promove a discussão em torno do ER nas escolas públicas brasileiras, objetivando: a) demonstrar a importância da formação do docente para a prática do ER do Ensino Fundamental nas escolas da rede pública; b) conhecer a trajetória do ER no Brasil – do período colonial à atualidade; c) analisar a abordagem do ER na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96; d) compreender o ER no espaço escolar.

O método utilizado foi o método dedutivo. A pesquisa consistiu inicialmente em bibliográfica para dar sustentação teórica, tendo um paralelo entre as opiniões

¹ BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Religioso. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso*. São Paulo: Mundo Mirim, 2009, p. 44.

divergentes. Serviram também como base deste estudo os artigos e revistas especializadas, além de sites com relevância no referido tema.

A metodologia foi a exploratória, adotando como procedimento o estudo de caso, que por sua vez, “acontece quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos”.² O estudo de caso aconteceu no Colégio Municipal de Itabela, escola esta que oferece o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O estudo foi norteado a partir das inquietações: será que na prática o ER é abordado como uma disciplina no Colégio Municipal de Itabela/BA? É lecionada por professores qualificados? Será que a prática religiosa adotada é baseada num ensino catequético e/ou teológico? Há um planejamento dos conteúdos adequados a uma concepção de ER de acordo com as orientações propostas pelos PCNER e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental?

Para certificar se a Lei é garantida, não há outro caminho senão a pesquisa. Por isso, acredita-se que este projeto é relevante para todos aqueles que estão direta ou indiretamente ligados com a linha de pesquisa Religião e Esfera Pública, uma vez que propiciará um olhar de perto da prática pedagógica adotada na disciplina de ER. Mesmo sendo este um estudo de caso, a realidade vivenciada aqui certamente pode ser percebida em outras unidades escolares.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário aplicado ao coordenador escolar e aos professores que lecionam a disciplina de ER na escola que é foco desta pesquisa.

A abordagem escolhida foi a pesquisa quantitativa, visto que é aquela que traduz em número, as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas. Assim sendo, optou-se por uma análise quantitativa dos dados coletados do questionário aplicado no Colégio Municipal de Itabela/BA.

No primeiro capítulo, foi abordada a importância do ER, sua trajetória histórica no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais. Em seguida foi apresentado e discutido o ER na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96 e nos PCNER, bem como o direito à liberdade religiosa.

No segundo capítulo, foi analisado o ER como disciplina nas escolas de educação básica. Inicialmente o olhar esteve voltado para a concepção do fenômeno

² GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1991, p. 142.

religioso, sua abordagem no espaço escolar, o currículo, organização e conteúdos; e, ainda, o ER no Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), a forma como é realizada a avaliação da disciplina, além da formação do docente de ER.

Por fim, no terceiro capítulo, foi apresentada a realidade da disciplina do ER ofertado no Colégio Municipal de Itabela/BA. Optou-se por relatar de forma breve o contexto histórico para melhor entendimento do todo. Na sequência, foi discorrido sobre o PPP da escola e sua proposta para o ER. Foi analisada ainda, a qualificação profissional e a prática pedagógica da disciplina do ER, foco deste estudo ora proposto.



1. O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

[...] todo-o-mundo é louco. O senhor, eu, nós, as pessoas todas. Por isso é que se carece principalmente de religião: para se desendoidecer, desdoidar. Reza é que sara da loucura. No geral. Isso é que é a salvação-da-alma... Muita religião, seu moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio [...] Guimarães Rosa

1.1 Religião e Ensino Religioso

Definir o que compete ao universo religioso não é algo simples. Pois é fato que, pontuar as atribuições concernentes ao campo da religião e ao campo da disciplina do Ensino Religioso (ER) torna-se uma tarefa extremamente complexa e desafiante que envolve desvendar manifestações diversas presentes na história da humanidade, bem como ao meio. Como afirma Passos, envolve “demolições e construções de natureza política, cultural, eclesial e teórica”.³

A primeira demolição e reconstrução que desafia, segundo sugere o historiador Greschat, é a substituição do contraditório vocábulo “religião” do latim *religio* - formada pelo prefixo *re* (outra vez, de novo) e o verbo *ligare* (ligar, unir, vincular), pelo termo “Ciência da Religião”, por ter assim um significado mais amplo. De acordo com o autor o clássico tornou-se empobrecido devido seu profundo enraizamento na cultura europeia marcada pelo fenômeno do Cristianismo.⁴

O termo “Ciência da Religião” é uma forma ainda pouco conhecida, pois comumente é fácil encontrar conceituações que coadunam com o termo clássico assim como pontifica Costella, a religião por sua natureza possui inúmeros significados. “Semanticamente, tem por função religar as partes do universo para que ganhem sentido e relação. Fundamentalmente, a atitude religiosa corresponde a uma (re) leitura e (re) interpretação no mundo, do homem e da transcendência”.⁵

³ PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007 (Coleção temas do Ensino Religioso), p. 19.

⁴ GRESCHAT, Hans – Jürgen. *O Que é Ciência da Religião?* São Paulo: Paulinas, 2005, p.17.

⁵ COSTELLA, Domenico. *O Fundamento Epistemológico de Ensino Religioso*. In: JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul (Orgs.) *O Ensino Religioso no Brasil*. 2.ed. ver. e ampl. Curitiba: Champagnat, 2011, p. 134.

E, historicamente, a re-ligião, conforme pontifica Boff, é, possivelmente, a forma mais arcaica de consciência humana. E essa consciência, desde os ancestrais, tem em si a capacidade de captar a realidade relacional que a “todos liga e re-liga”, fazendo com que assim nascesse a re-ligião (*religare*).⁶

No Brasil apesar de alguns dicionários etimológicos primarem ainda pela forma latina, outros já sofreram algumas pequenas contravenções entre o posto pela academia e o entreposto pela maioria da população. Um dos dicionários em que se percebe pequenas alterações é o Dicionário Brasileiro Globo que apresenta um conjunto de significados fincado no sincretismo religioso, na pluralidade cultural, marca da cultura brasileira, sinaliza que “culto prestado à divindade; doutrina ou crença religiosa; acatamento às coisas sagradas; fé; devoção; piedade; crença viva; tudo que é considerado como um dever sagrado; respeito; escrúpulo”.⁷

Enquanto que o Mini Dicionário de Caldas Aulete traz apenas dois conceitos sintéticos para o termo religião, que segue a mesma ideologia do acima supracitado, diferenciando apenas no encadeamento dessas ideias.

1. Crença na existência de forças ou entidades sobre-humanas responsáveis pela criação e ordenação do universo.
2. Forma particular que essa crença assume a partir de cada uma das diversas doutrinas formuladas.⁸

Dada às circunstâncias culturais do Brasil e da institucionalização da religião, basicamente em ambos os casos, percebe-se naturalmente pequenas intervenções no conceito de religião. Isto é, os dicionaristas apenas resumiram a prática religiosa do brasileiro, carregada de misticismo e simbologia, uma das fortes características da identidade plural da cultura brasileira.

A diversidade marca a vida social brasileira. Diferentes características regionais e manifestações de cosmologias ordenam de maneiras diferenciadas a apreensão do mundo, a organização social nos grupos e

⁶ BOFF, Leonardo. *A Voz do Arco-íris*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p.127.

⁷ FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; E. Marques GUIMARÃES. *Religião. Dicionário Brasileiro Globo*. São Paulo: Globo, 1998, p. 529.

⁸ AULETE, Caldas. *Religião. Minidicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/religi%C3%A3o>> Acesso em: 03 nov. 2015.

regiões, os modos de relação com a natureza, a vivência do sagrado e sua relação com o profano.⁹

Ou seja, uma ideia híbrida, miscigenada resultante da fusão da cultura negra, europeia e dos povos nativos que aqui viviam. Pois, muitos desses nativos, tupis, guaranis, tamoios, tupinambás, caetés, dentre outros, sofreram uma profunda intervenção dos portugueses, cultura ocidental influenciada pela tradição judaico-cristã, em sua identidade religiosa.

Assim, a Secretaria de Educação da Bahia em sua proposta curricular prefere então definir religião no plural, “as religiões são entendidas como um conjunto de sistemas culturais e de crenças, além de visões de mundo, que estabelecem os símbolos que relacionam a humanidade com a espiritualidade e seus próprios valores morais”.¹⁰

Para Greschat as definições aqui propostas e outras sobre o que é religião são insuficientes salvo algumas raras exceções, isso porque segundo sua concepção “o fato de não possuir uma definição universal de religião é um defeito, mas não uma catástrofe, uma vez que o objeto permanece e a qualidade de palavras inventadas ou a serem inventadas atinge o objeto apenas marginalmente”.¹¹

Uma vez que não se chega a um conceito científico acerca do vocábulo religião, o estudioso Usarski sugere que compete à Ciência da Religião:

[...] liderar com tal riqueza fenomenológica na medida que atua como uma ‘ciência integral das religiões’ que se constitui mediante um intercâmbio permanente com outras disciplinas cujo saber específico contribui direta ou indiretamente para um saber mais profundo e completo sobre a religião e suas manifestações múltiplas.¹²

É possível também entender como uma ciência sistemática da religião que investiga a essência desta, por comparar os fenômenos singulares, por abstrair de fatos manifestos e por desenvolver uma empatia para com o alheio.

⁹ PCN - *Pluralidade Cultural*. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/literatoliberato/pcn-102-tt-pluralidade-cultural>>. Acesso em: 03 nov. 2015. 2001, p. 125.

¹⁰ BAHIA, Secretaria de Educação Básica do Estado da. *Orientações Curriculares e Subsídios Didáticos para a Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Fundamental de Nove Anos*. [s.d] Disponível em: <www.educacao.ba.gov.br/.../orientacoes-pedagogicas-1-ao-9-ano-ensino-religioso-155159.pdf> Acesso em: 30 out. 2015.p.158.

¹¹ GRESCHAT, 2005, p. 21

¹² USARSKI, Frank. *O espectro disciplinar da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2007, p.10. (grifo do autor)

Conforme Passos, é papel do professor de ER proporcionar aos seus discentes o conhecimento dos elementos básicos do fenômeno religioso¹³. Pois segundo ele, o ER possui várias bases epistêmicas que possibilitam análises diacrônicas e sincrônicas, que remete a uma discussão:

[...] do ponto de vista antropológico, como uma dimensão humana a ser educada; do ponto de vista epistemológico, como uma área de conhecimento com estatuto próprio, conforme indica a Resolução 2/98 da Câmara de Educação Básica; e do ponto de vista político, como uma tarefa dos sistemas de ensino e não das confissões religiosas.¹⁴

Ainda segundo o autor, o ER na escola pública não deve ser visto a partir de uma ótica confessional, isto é, educação da fé, estudo da fé e ou racionalização da fé. Ao contrário, o ER busca discernir as práticas religiosas em nome da razão e da vida cidadã. A religião assumida como objeto de estudo.¹⁵ Assim como foi estabelecida no bojo do Artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN 9.394/96 e na Lei nº 9.475/97.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997).¹⁶

Mas o ER, ao ser instituído legalmente, tem suscitado muitas polêmicas, tornando a religião um dos temas mais controversos do currículo. Por isso, é preciso

¹³ PASSOS, 2007, p.8. (Coleção Temas do Ensino Religioso)

¹⁴ PASSOS, 2007. *Ensino Religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas*. In: *Educação, Ensino Religioso e formação docente – Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo*. SENA, Luzia (Org). 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 21-22.

¹⁵ PASSOS, Epistemologia do Ensino Religioso: a inconveniência política de uma área de conhecimento. [s/d]. Disponível em: <<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/downloads/2011/04/05Epistemologia.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015. p. 118.

¹⁶ BRASIL, Câmara de Educação Básica, *Parecer 012/97, esclarecendo dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96, em complemento ao parecer CEB/05/97, 1997*.

compreender o que realmente significa Estado laico, pois ao proclamar o Brasil como um país laico, pode muitas vezes, parecer um contrassenso em relação à proposta curricular para a disciplina de ER. Isso porque “a laicidade não é o antirreligioso na sociedade, mas o arreligioso na esfera pública. É a separação entre fé (domínio privado) e instituição (igreja = instituição de domínio público)”.¹⁷

Esse medo que assusta, possui de certa forma uma logicidade, pois em alguns estudos, como *O Uso da Religião como Estratégia de Educação Moral em Escolas Públicas e Privadas de Presidente Prudente*, de Aline Pereira Lima, mestre em Educação e docente da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FELICAM), alerta para o constante uso do discurso teológico, "Deus castiga os desobedientes",¹⁸ no dia a dia dos discentes brasileiros como solução de casos de indisciplina e até de violência.

Fatos como esses têm suscitado muitas pesquisas acerca do tema. Um dado curioso pesquisado e que se faz interessante pontuar aqui para aquecer ainda mais essa reflexão, foi elucidado por Fernanda Salla e elencado em um artigo na Revista Nova Escola, onde ela afirma que a religião faz-se muito mais presente nas escolas públicas do que em escolas particulares visitadas, que tinham caráter confessional declarado.¹⁹

Mesmo sem oferecer a disciplina, muitas instituições usam a religião no dia a dia. Segundo respostas dadas por 54.434 diretores ao questionário da Prova Brasil 2011, independentemente de oferecer a matéria, 51% das escolas cultivam o hábito de cantar músicas religiosas ou fazer orações no período letivo, no horário de entrada ou da merenda, entre outros.

O site www.revistaescola.abril.com.br, abordando o ER na escola pública, ao demonstrar o resultado do Questionário Diretor Prova Brasil 2011, mostra que, apesar de o Brasil ser um estado laico, as escolas têm manifestações de crenças, pois 66% ministram aulas de ER, 51% têm o costume de fazer orações ou cantar

¹⁷ DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. *Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância*. In: Revista de Estudos da Religião ISSN 1677-1222. Setembro/2009, p. 46 Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.htm>. Acesso em: 05 nov. 2015.

¹⁸ SALLA, Fernanda. *Ensino Religioso e escola pública: uma relação delicada*. In: Revista Nova Escola. 2015. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/ensino-religioso-escola-publica-relacao-delicada-laica-religiao-747579.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2015.

¹⁹ SALLA, 2015. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/ensino-religioso-escola-publica-relacao-delicada-laica-religiao-747579.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2015.

músicas religiosas, 22% têm objetos, imagens, frases ou símbolos religiosos expostos.²⁰

Mas não é apenas no interior das escolas públicas que o fundamentalismo religioso tem assombrado. Atualmente é comum ter acesso a discursos proselitistas como: “se as escolas usassem a Bíblia cristã, o número de criminosos decresceria no Brasil”, como se fosse uma campanha virtual na internet, sobretudo em sítios de redes sociais como o *Facebook* e de um poderoso aplicativo de celular, o *whatsapp*, que diga-se de passagem, é uma febre entre o alunado brasileiro.

Fatos como os citados, destoam com os princípios constitucionais de um estado de direito e de regime democrático vigente atualmente no Brasil. E sob esse paradigma, cômico da sua política educacional e da formação miscigenada da população brasileira, o MEC conclama:

É preciso romper com a lógica massificadora da escola, que tem historicamente desconsiderado a diversidade de opiniões, posturas, aspirações e demandas dos atores sociais que agem no seu interior. É preciso respeitar e criar condições para o desenvolvimento das potencialidades e para o atendimento das necessidades específicas dos estudantes. Assim, o respeito ao pluralismo torna-se garantia de um ambiente efetivamente democrático na escola.²¹

Mas, conforme ressalta Domingos, é, pois justamente “a escola o espaço onde esses universos culturais se encontram, onde os conflitos podem se acirrar ou serem desarmados”.²² Espaço de encontros e desencontros. Construções, desconstruções e reconstruções.

O importante é que, conseqüentemente, fatos, atitudes e discursos como os relatados, abrasam ainda mais uma complexa discussão no bojo da academia e da sociedade dentro e no entorno da escola na busca de soluções que possam efetivar o ER como ciência que promova a tolerância e o respeito ao pluralismo de crenças e posturas espirituais. Bem como pontua a Secretaria de Educação Básica do Estado da Bahia.

²⁰ SALLA, 2015. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/ensino-religioso-escola-publica-relacao-delicada-laica-religiao-747579.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2015.

²¹ BRASIL, Ministério da Educação; Secretária da Educação Básica – *Conselho Escolar e Aprendizagem na Escola*. Brasília: DF, 2004, p.26

²² DOMINGOS, 2009, p. 45 (ver resumo). Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.htm>. Acesso em: 05 nov. 2015.

O ensino religioso, expressa a necessária reflexão dentro de cada espaço escolar, diante das demandas sociais, que exigem a compreensão ampla da diversidade cultural de forma específica a cada religião e de diferentes comunidades. (...) Assim, visa à pluralidade religiosa e cultural do nosso povo, oferecendo aos seus estudantes, elementos significativos para sua formação integral, tendo como eixos curriculares: as culturas, as religiões, os textos sagrados, as teologias, os ritos, os *ethnos*, tradições culturais, o respeito às diferentes expressões religiosas das diversas culturas, distintas manifestações culturais e de religiosidades, dentre outros específicos de cada proposta, de cada escola.²³

Poderia então dizer, que a proposta do estudo da religião é uma ruptura com a visão fragmentada do saber, isto é, considerando a realidade plural na qual se insere a população, a busca pela educação holística. Pois segundo estabelece Passos,

As ciências que fundamentam as disciplinas escolares pretendem conduzir ao coração da realidade da vida, revelar aquilo que constitui as partes e o todo que compõe o planeta com todos os seres vivos. As religiões produziram e produzem representações e práticas sobre essa totalidade que podem auxiliar em sua manutenção ou destruição; elas podem chocar-se ou somar com uma educação para a vida em comum na busca da sustentabilidade planetária. O ER deverá contribuir com a visão da postura do educando dentro desse todo como cidadão responsável. A educação para a cidadania é a educação para a vida, e o estudo da religião tem uma palavra a dizer nessa tarefa urgente.²⁴

Assim sendo, de acordo com os apontamentos aqui mencionados pode-se dizer então, que a relevância da religião no âmbito educacional está relacionada à “dimensão antropológica e subsistema sociocultural”²⁵; enquanto o ER considera-se uma disciplina escolar que tem como foco acompanhar o desenvolvimento da religiosidade do ser humano sem discutir ou criticar o tipo de religião a qual pertence cada discente, visto que cada indivíduo tem o livre arbítrio para escolher a sua crença. “Ensina-se religião para se ter maior consciência de seu significado na vida do indivíduo e, também, de sua função na sociedade”.²⁶

E é frente a esse cenário sócio político econômico e cultural de profundos contrastes que, no entanto, Passos tem afirmado insistentemente que a relevância da religião no âmbito educacional está relacionada à “dimensão antropológica e ao subsistema sociocultural”.²⁷

²³ BAHIA. [s.d] Disponível em: <www.educacao.ba.gov.br/.../orientacoes-pedagogicas-1-ao-9-ano-ensino-religioso-155159.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015, p.158.

²⁴ PASSOS, 2007, p.43-44.

²⁵ PASSOS, 2007, p. 84.

²⁶ PASSOS, 2007, p. 78. (Coleção Temas do Ensino Religioso)

²⁷ PASSOS, 2007, p. 84. (Coleção Temas do Ensino Religioso)

Entre os mais variados artigos publicados sobre o tema aqui proposto, é quase que um consenso entre os pesquisadores, o fato de o ER ter sua fundamentação no conhecimento religioso, mas que este, no processo ensino aprendizagem no ambiente escolar, deva centralizar-se no ser humano como um ser sedento de sua transcendência. Pois é sabido, sobretudo no Brasil que é um país de fortes características religiosas, que a transcendência só o torna possível quando o aspecto religioso do homem é despertado.

Com essas premissas, o autor deixa perceber que o estudo da religião faz parte do processo educacional como um conteúdo curricular fundamental para a educação do cidadão em seu sentido completo, levando em conta a preparação do educando para a vida. Mas, entende-se que o profissional que leciona e ou venha a administrar a disciplina de ER precisa pautar sua prática numa concepção do fenômeno religioso com base teórica e metodológica de caráter transconfessional, pois é inadmissível uma educação religiosa catequética ou teológica num cenário em que a preocupação maior seja a formação integral do ser humano²⁸.

1.2 A Trajetória do Ensino Religioso no Brasil: do Período Colonial à Atualidade

No decorrer dos séculos XV a XIX o ER no Brasil perpassa uma trajetória na educação nacional por meio das relações estabelecidas entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica. Desse modo, esse período marca a aliança entre o Império e a Instituição Católica que objetivava uma ação colonizadora, sem levar em conta a cultura do nativo, ou seja, dos indígenas, nem tampouco considerar a dos que foram trazidos posteriormente, dos africanos, mas objetivando a exploração de riquezas e a propagação do Evangelho²⁹. Mais precisamente, a obra de evangelização educacional no Brasil inicia-se com a vinda dos jesuítas e a implantação de uma educação humanística, “centrada nos valores propostos pelo Renascimento e

²⁸ SOARES, Afonso Maria Ligório. In: Prefácio da obra de PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 9.

²⁹ JUNQUEIRA, Sérgio. *A presença do ensino religioso no contexto da educação*. In: Sérgio; WAGNER, Raul. (Orgs.) *O ensino religioso no Brasil*. 2.ed. ver. e ampl. Curitiba: Champagnat, 2011, p. 37.

favorecer a ideologia reinante, empregando métodos tradicionais”.³⁰ Apesar de a Constituição de 1824, ter proposto que nas escolas mantidas pelo Estado não deveria haver nenhum tipo de crença, a ideologia que permaneceu foi a do catolicismo que exercia o monopólio de uma educação de caráter elitista.³¹

No entanto, a partir da Constituição de 1934, o ER passou a assumir um caráter facultativo, tendo como princípio a consideração da confissão religiosa do educando, além de constituir matéria curricular nas escolas da rede pública. Porém somente, a partir de 1967, o ER deixou de ser tratado como função catequética e iniciou-se uma busca de redefinição de seu verdadeiro papel no âmbito educacional, levando em conta a manifestação do pluralismo religioso.³²

Com a promulgação da Constituição de 1988, iniciou-se uma nova etapa para o ER no país. O sentido primeiro foi a “elaboração de uma nova concepção do ER diferente da perspectiva da catequese”.³³ A partir daí surgiram os elementos do substitutivo do deputado Jorge Hage para a emenda da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A lei determina ao Estado por intermédio da sociedade, a incumbência de preocupar-se com uma educação voltada para atender todas as dimensões do ser humano, sem desconsiderar o pluralismo de ideias e as condições para a formação religiosa dos cidadãos. Assim, como ressalta Junqueira, “a escola se torna o lugar onde se cultiva na pessoa, as razões íntimas e transcendentais, por serem fontes de cultura e força propulsora para o ser humano assumir seu engajamento na história, e para fortalecer o caráter do cidadão”.³⁴

No entanto, a conjuntura do ER não se atualizou e, por isso, ocorreram novas propostas que culminaram com a promulgação da Lei 9394/96. Junqueira esclarece as três proposições que deram suporte à mudança: 1. Projeto do deputado Nelson Marchezan com a sugestão de retirada da expressão “sem ônus para os cofres públicos”, baseada no princípio que é dever constitucional do Estado uma vez que o ER é componente curricular da educação básica e significativo para a formação plena da pessoa humana; 2. Projeto do deputado Maurício Requião com a proposta de alterações relevantes na redação do artigo 33 da LDB, propondo a proibição de qualquer forma de doutrinação e proselitismo e, para tanto, os

³⁰ JUNQUEIRA, 2011, p. 37.

³¹ JUNQUEIRA, 2011, p. 37.

³² JUNQUEIRA, 2011, p. 40.

³³ JUNQUEIRA, 2011, p. 40.

³⁴ JUNQUEIRA, 2011, p. 44.

“conteúdos deveriam respeitar a diversidade cultural brasileira e ser definidos segundo parâmetros curriculares nacionais, de comum acordo com as diversas denominações religiosas ou entidades que as representam”; 3. Projeto do Poder Executivo, que entrou na Câmara dos Deputados em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal, propondo que seja mantida a LDB intacta, com a ressalva que não se aplique no art. 33 concernente ao ER “adotar modalidade de caráter ecumênico, de acesso a conhecimentos que promovam a educação do senso religioso, respeitadas as diferentes culturas e vedadas quaisquer formas de proselitismo”.³⁵

Para Junqueira, os três projetos apresentam sintonia quando assumem que o ER é primordial para a “formação do ser humano como pessoa e cidadão” e, indubitavelmente, por isso deve ser oferecido nas escolas. Nessa perspectiva, considera que o Estado é obrigado a promovê-lo, já que é responsável,

[...] não só pela previsão de espaço e tempo na grade horária curricular da Educação Básica pública, mas também pelo seu custeio, quando não se revestir de caráter doutrinário ou proselitista, possibilitando aos educandos o acesso à compreensão do fenômeno religioso e ao conhecimento de suas manifestações nas diferentes denominações religiosas.³⁶

Será visto mais adiante que os debates e as discussões promoveram outras mudanças.

1.3 A Abordagem do Ensino Religioso na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, através do artigo 210, § 1º, o Ensino Religioso passou a ser visto pelos seguintes termos: “O Ensino Religioso de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.³⁷

Em seguida, começou a tramitar no Congresso o Projeto de Elaboração da nova LDBEN que resultou na Lei 9394/96. O ER segue da mesma forma que outrora

³⁵ JUNQUEIRA, 2011, p. 41-42.

³⁶ JUNQUEIRA, 2011, p. 42.

³⁷ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal, 1988, Brasília. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7638>. Acesso em: 20 jun. 2015.

apresentado pela Constituição, mas acrescido da expressão “sem ônus para os cofres públicos” (artigo 33), fato que gerou muita polêmica. A versão final do artigo 33 ficou da seguinte forma: O ER, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter confessional e interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.³⁸

Vale ressaltar, o artigo da LDBEN acima descrito, apresenta o ER em duas formas: “confessional e interconfessional”. Essa distinção poderia levar a um tratamento desigual por parte do Estado em relação às diversas igrejas, sendo que a subvenção poderia ser desproporcional à demanda. Além do que, a inclusão da expressão “sem ônus para os cofres públicos” poderia causar dificuldades para a organização e sistematização da prática pedagógica deste ensino na escola³⁹.

1.4 A Liberdade Religiosa e o Ensino Religioso

É sabido que a religião influencia a vida das pessoas e, por consequência, a vida na sociedade. Por isso, a liberdade religiosa torna-se uma conquista para o ser humano. Ao ganhar o patamar de direito individual, conforme o artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948, toda a humanidade foi beneficiada, mesmo porque, muitos sofreram perseguições no Brasil e fora dele. No país, esse direito fundamental é um importante pilar do Estado Democrático de Direito, foi fortalecido a partir da separação entre a Igreja e o Estado, em 1891 e consolidada em 1988 com CF/88.⁴⁰

Segundo apontamentos de Fernandes, a liberdade religiosa é um direito fundamental, garantido pelas Constituições dos diversos Estados democráticos, e

³⁸ BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em: 20 maio 2015.

³⁹ BRASIL. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.

⁴⁰ Ver maiores esclarecimentos no texto de RUSSAR, Andrea. *In: Brasil: A laicidade e a liberdade religiosa desde a Constituição da República Federativa de 1988*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/porta/conteudo/brasil-laicidade-e-liberdade-religiosa-desde-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-rep%C3%BAblica-federativa-de-1988>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

também por importantes declarações e tratados internacionais de direitos humanos. Seria uma nova concepção de que a natureza do Estado repousa em uma “aliança” diferente chamada de Constituição. Esse direito limita a atuação do Estado, em relação ao cidadão, no qual o Estado deve se preocupar em garantir a todos os indivíduos o livre exercício de qualquer religião.⁴¹

Nos dias atuais, a liberdade religiosa é um direito fundamental cuja consagração, no plano internacional, encontra-se no artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em dezembro de 1948, que assim dispõe:

Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.⁴²

A ordem jurídica brasileira conferiu proteção constitucional à liberdade religiosa, ao estatuir na Carta Constitucional:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.⁴³

Assim, a liberdade de consciência e de crença, conforme frisa Alves, está prevista na Constituição vigente no Brasil que a declara inviolável no art. 5º, incisos

⁴¹FERNANDES, Camila Vicenci. *Liberdade religiosa: Aspectos históricos e os dilemas hodiernos: A tolerância como resposta?* [s/d]. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7638>. Acesso em: 15 ago. 2015.

⁴²DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm#18>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

⁴³BRASIL. 1988. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7638>. Acesso em: 20 jun. 2015.

VI e VIII, no qual estatui que "ninguém será privado de seus direitos por motivo de crença religiosa".⁴⁴

Segundo Mendes, o princípio da liberdade religiosa encontra-se no "catálogo dos direitos fundamentais". Conforme seu entendimento, o direito à liberdade religiosa e os demais direitos fundamentais em espécie são liberdades proclamadas a partir da perspectiva da pessoa humana "como ser em busca da autorrealização, responsável pela escolha dos meios aptos para realizar as suas potencialidades".⁴⁵

Bulos afirma que "tanto a liberdade de consciência como a liberdade de crença situam-se no plano do intelecto, no recanto mais profundo da alma humana, e a Constituição as declara invioláveis".⁴⁶ Já no pensamento de Soriano, "a liberdade de expressão e de religião é a pedra de toque da democracia. Liberdade religiosa e democracia são inseparáveis".⁴⁷

Bulos diz que a liberdade de crença engloba os aspectos positivo e negativo. Aquele se revela pela liberdade de escolha da religião. Nele o sujeito pode aderir ou mudar de religião. E o aspecto negativo esboça-se pela liberdade de não seguir religião alguma, de se descrever em algo, de ser agnóstico, de ser ateu. Inadmita-se, tão somente, o desrespeito a tais posturas, dificultando-se o exercício e o não exercício de credos religiosos. No que diz respeito ao reconhecimento da liberdade religiosa na Constituição Brasileira, Gilmar Mendes afirma que o sistema jurisdicional pátrio foi tomado pela ideologia da religiosidade, por ser um valor a ser preservado e fomentado. Segundo o autor, esse reconhecimento contribui para a prevenção de tensões sociais e para uma boa formação dos cidadãos.

Conforme Soriano,

A liberdade religiosa e os demais direitos humanos assegurados pela Constituição Federal de 1988 podem ser considerados sob dois aspectos: como direitos subjetivos e, também, como deveres jurídicos. O primeiro enfoque é lembrado com maior facilidade e frequência. Normalmente é essa

⁴⁴ ALVES, Diego Dener. *Criminalização da homofobia e a possibilidade de confronto com a liberdade religiosa e de expressão das Igrejas Cristãs Brasileiras*. Publicado 12/2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18054/projeto-de-lei-da-camara-n-122-2006>>. Acesso em: 20/09/2015.

⁴⁵ MENDES *apud* ALVES, 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18054/projeto-de-lei-da-camara-n-122-2006>>. Acesso em: 20 set. 2015.

⁴⁶ BULOS *apud* ALVES. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18054/projeto-de-lei-da-camara-n-122-2006/2>>. Acesso em: 17 set. 2015.

⁴⁷ SORIANO *apud* ALVES. 2010. Disponível em: <<http://www.juridicohightech.com.br/2011/01/criminalizacao-da-homofobia-e.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

a leitura que se fazem dos direitos humanos, por vezes de forma bastante distorcida. Os direitos são enaltecidos e enfatizados, enquanto que os deveres são facilmente esquecidos.⁴⁸

No entanto, a liberdade de crença opõe-se em algumas situações a outros direitos humanos, levantando questões e demandando soluções nem sempre fáceis de serem encontradas. Se, de um lado, o livre-arbítrio e a independência do indivíduo formam a sólida base da liberdade de crença; de outro lado ela é fortemente questionada quando confrontada com demais direitos inerentes ao ser humano, como a vida e a dignidade⁴⁹.

Para Soriano, a liberdade religiosa fundamenta-se no princípio da dignidade da pessoa humana e "não representa nenhuma afronta ao Estado laico ou à separação entre Estado e as confissões religiosas".⁵⁰

Logo, o ER deve ser discutido na escola tendo por base uma postura de respeito ao direito de escolha religiosa de cada indivíduo. Para tanto, é essencial ter-se clareza entre outros da concepção do fenômeno religioso presente nos fundamentos da disciplina.

⁴⁸SORIANO *apud* FERNANDES. [s/d]. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7638. >. Acesso em: 25 set. 2015.

⁴⁹SOUZA, Regina Célia de, [s/d]. Disponível em: <<http://www.brasile scola.com/psicologia/atitude-preconceito-estereotipo.htm>>. Acesso em: 28 set. 2015.

⁵⁰SORIANO *apud* ALVES. 2010. Disponível em: <<http://www.juridicohightech.com.br/2011/01/criminalizacao-da-homofobia-e.html>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

2. O ENSINO RELIGIOSO COMO DISCIPLINA E A FORMAÇÃO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Uma educação que cumpra seu papel de educar o ser humano em sua totalidade ajudará, inevitavelmente, na educação de sua dimensão religiosa.
João Décio Passos.

2.1 Concepções do Fenômeno Religioso

Parece que entre os muitos especialistas aqui estudados, existe um comum acordo de que o ER deve ser discutido na escola, tendo por base uma postura de respeito ao direito de escolha religiosa de cada indivíduo. Para tanto, é essencial ter-se clareza da concepção do fenômeno religioso presente nos fundamentos da disciplina.

No entanto, discutir o que está por trás do elemento sagrado certamente não é algo simplório, tal qual não o foi para Michael Foucault em suas investigações sobre o estatuto político da ciência e as funções ideológicas em que resultou em uma grande obra intitulada *Microfísica do Poder*, na qual ele tece um brilhante comentário que se encaixa perfeitamente com as inquietas angústias atuais.

Procurar tal origem é tentar reencontrar 'o que era imediatamente', o 'aquilo mesmo' de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira.⁵¹

E assim, se aventurando por esse obscuro universo do conhecimento, Oliveira acende uma pequena chama nessa escuridão, ao afirmar que o fenômeno religioso está intimamente ligado à essência do homem, numa busca pela compreensão de si mesmo e do outro.

⁵¹ FOUCAULT, Michael. 1985. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: MACHADO, R. (org.) *Microfísica do Poder*. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 17.

O fenômeno religioso indiscutivelmente se relaciona com o homem em sua essência, assim como o fazer filosófico, pois a busca transcendental pelo fundamento originário se encontra intrinsecamente inserida em cada célula humana ainda que assim não desejemos. Assim como está descrito na alegoria da criação do mundo no livro do Gênesis, o homem sempre irá buscar o seu reencontro com o mundo divino do qual um dia fez parte. E isso está implícito na própria etimologia da palavra religião que deriva do latim *religare*, que sugere a ideia de re-ligação, ou seja, a ideia de uma retomada humana de seu sentido divino perdido por opção e que hoje se transforma numa necessidade vital e incompreensível que a filosofia chama de angústia, que é um sentimento de carência de algo que não se explica, porém se vive.⁵²

Para a filosofia, fenômeno é aquilo que se manifesta, se mostra, revela-se. Logo, o dado fenomenológico acerca do ser humano leva então a deduzir, que os símbolos são importantes e estão sempre presentes na vida de todos os seres humanos; e que estes sempre tiveram relevância nas diversas sociedades humanas; e ainda, que eles variam de lugar para lugar, em função da cultura do povo, da realidade histórica e das diversas tensões sociais.

Daí é interessante, para melhor compreender o fenômeno religioso que se relaciona com o fenômeno cultural, levar em consideração alguns pontos de vista acerca da cultura, pois muitos dos seus termos são utilizados na literatura que discute a Ciência e ou Fenômeno da Religião.

Conforme Santos, a cultura pode ser entendida como um amplo conjunto de conceitos, valores, atitudes e símbolos que moldam e descrevem uma sociedade. Ou ainda, pode-se pensar enquanto um conjunto dos modos de vida criados e transmitidos de uma geração a outra, entre os membros de uma sociedade. Inclui conhecimentos, crenças, mitos, artes, normas, costumes e muitos outros fatores desenvolvidos e consolidados pela coletividade humana.⁵³

Por ser genuinamente cultural, conforme Boff, o homem é por essência um animal simbólico (do grego clássico *symbállein* ou *symbálllesthai* – lançar junto-reunir as realidades – congrega-las – unir- convergir diversas forças num único feixe) e diabólico (do grego *dia-bállein* – lançar coisas para longe – desagregar – desconcertar – desunir – separar – opor), pois toda sua estrutura de conhecimento,

⁵² OLIVEIRA, Anailson, *O Fenômeno Religioso e a Filosofia*. [s/d]. Disponível em: <<http://www.gper.com.br/newsletter/317e25dd469a37f568c64f9404e27002.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

⁵³ SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?* São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção primeiros passos; 110.

de descoberta e de relacionamento se dá por meio de signos⁵⁴. Isto é, a tentativa de adquirir novos conhecimentos é sustentada pela prática mental de relacioná-los e correlacioná-los. Assim como postula Moura,

O homem, como o conhecemos, não vive mais num universo meramente físico de fatos concretos, mas se percebe no meio de suas emoções imaginárias, suas ilusões, fantasias e sonhos. O homem se cercou de formas linguísticas, imagens artísticas, símbolos míticos, e não pode mais ver algo, exceto por intervenção do meio artificial, do símbolo, pode-se dizer que tornou-se um *animal symbolicum*, que vive em um universo simbólico.⁵⁵

Segundo Leonardo Boff, desde os primórdios da humanidade o homem é manipulador de seu mundo. Isto é, o ser humano agrega e desagrega. Une e desune. Ata e desata. O que ele chama de vivência cultural. Pois nela, com ela e por meio dela, ele hominiza as coisas e humaniza as relações com ela⁵⁶.

A singularidade do humano reside na autoconsciência, na liberdade, na autodeterminação, na capacidade de responsabilizar-se e de assim mostrar-se um ser ético. Capaz até de tomar decisões em sua desvantagem para defender desvalidos. Demonstra capacidade de compaixão, de enternecimento e de comunhão com todos os seres a ponto de sentir-se um com eles. Põe à luz sua capacidade de criação pela qual modifica seu mundo circundante. Por fim deixa entrever uma abertura ilimitada ao mundo, à cultura e ao infinito. O ser humano é tudo isso e ainda mais. Pois é habitado por uma paixão insaciável que não encontra no universo nenhum objeto que lhe seja adequado e que o faça repousar. Ele é um projeto infinito.⁵⁷

O fenômeno cultural, conforme aponta Marilena Chauí em seus estudos filosóficos, seria então a habilidade humana em modificar o estado de natureza, isto é, a condição natural das coisas definida pela natureza.

Para Joham Huizinga em seu livro *homo ludens*, o fenômeno cultural se trata de um jogo do homem com o mundo. Ou seja, o ser humano codifica o mundo porque sabe que outro o decodificará.⁵⁸

⁵⁴BOFF. In: *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 11-12.

⁵⁵ MOURA, Marinaide Ramos. *O Simbólico em Cassirer*. Ideação, Feira de Santana, n.5, p.75-85, jan./jun. 2000. Disponível em: < <http://www.uefs.br/nef/marinaide5.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

⁵⁶BOFF. In: *Os Sacramentos da Vida e a Vida dos Sacramentos*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

⁵⁷BOFF, [s.d]. In: *Identidade e Complexidade*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/desejos/textos/galaxy.html>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

⁵⁸ HUIZINGA, Joham. *Homo Ludens*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

Logo, pode se entender o símbolo também como sinal de distinção, pois se percebe por meio da História, que cada pessoa cultua ao longo de sua existência construindo o seu arquétipo. Até mesmo cada manifestação religiosa em cada época da sua evolução edificou uma marca, um signo para si. De igual maneira,

As religiões são sistemas de signos (ou linguagens de signos) com os quais seres humanos entabulam um diálogo com a realidade de validade última. Em regra, a linguagem de signos religiosos abrange três formas: Textos com mitos fundamentais como narrativas básicas de uma religião, ritos para festas comunitárias, mandamentos para a coordenação de ações.⁵⁹

Para Leonardo Boff toda cultura necessita de uma simbologia como sua expressão e alimento. Não importa seu grau evolutivo. A simbologia será mais ou menos densa ou simples. Os símbolos variariam segundo o contexto sócio histórico, político econômico, religioso e ainda segundo o universo psíquico das pessoas e/ou do grupo social. Pois os seres humanos são culturalmente simbólicos (não discursivo) para comunicar seu '*ethos*' social.

Por isso que o antropólogo Cassirer insiste em evidenciar que o ato de manifestar-se por meio de signos é uma característica insuperável do ser humano. Pois o ser humano relaciona-se com tudo à sua volta simbolicamente. E isso não tem a ver com *escolha* e ou com *opção*. Isto é, ele não opta por relacionar de maneira simbólica com tudo. O homem é naturalmente assim. Do mesmo modo que o corpo humano requer naturalmente alimento para sobreviver, a sua natureza cultural requererá e criará símbolos enquanto seguir vivo.⁶⁰

Para Carl Jung os símbolos são a linguagem universal usada pelo inconsciente para se manifestar, para se penetrar na Consciência. E ainda segundo seus estudos, é algo cujo valor é considerado por uma coletividade de pessoas que o utilizam. Pois estes fazem parte da vida dos seres humanos e sem eles não haveria cultura, uma vez que seus comportamentos são guiados por símbolos.⁶¹

⁵⁹ THEISSEN, Gerd. *A Unidade da Igreja Coerência e Diferença no Protocristianismo*. *Estudos Teológicos*, v. 44, n. 1, p. 85-104, 2004. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/573/527>. Acesso em: 30 out. 2015.

⁶⁰ CASSIRER *apud*, MOURA. 1971-1985. Disponível em: < <http://www.uefs.br/nef/marinaide5.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

⁶¹ JUNG, Carl G. *O Homem e seus Símbolos*. Tradução de Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

No entrecruzamento desses pontos de vistas entre os elementos estruturantes da cultura e o fenômeno religioso, a filósofa Marilena Chauí pontifica que “o sagrado é uma experiência simbólica da diferença entre uma natureza superior, onipresente, onipotente e onisciente, que se manifesta sobre seres inferiores, fazendo-o ser temido e desejado”.⁶² O que possivelmente Boff o determinou como imanente e o transcendente.⁶³

É preciso salientar que, conforme Chauí, a religião pressupõe que, além do sentimento da diferença entre natural e sobrenatural, haja o sentimento da separação entre os humanos e o sagrado, mesmo que este habite os humanos e a Natureza.⁶⁴

Mas para o sociólogo Émile Durkheim, a religião é um símbolo rico de significâncias que traduzem uma das necessidades humanas que se manifestam, quer seja em sua vida ideal, individual e ou social. É um refúgio. E por isso todas têm seu valor em si. Mas para melhor compreendê-las é preciso acompanhar sua formação por meio da história. Em suma,

A religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são as maneiras de agir que não nasceram senão no seio de grupos reunidos e que estão destinados a suscitar, a manter ou a refazer certos estados mentais desses grupos.⁶⁵

Dessa forma, entende-se que a religião, mesmo se apresentando muitas vezes de forma ambígua, legou à humanidade, a matéria de seus conhecimentos e a forma pela qual esses saberes foram ao longo de séculos elaborados. Assim como bem pontificou o escritor Ludwig Feuerbach, ‘A religião é o solene desvelar dos tesouros ocultos do homem, a revelação dos seus pensamentos íntimos, a confissão aberta dos seus segredos de amor’.⁶⁶

Ao contrário dos pressupostos acima apresentados o pesquisador atólogo e biólogo evolucionista Richard Dawkins, um dos intelectuais mais respeitados da

⁶² CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2002, p. 132

⁶³ BOFF. *In*: Transcendência-Imanência-Transparência. Publicado em: 05/11/2013. Disponível em: <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/11/blogs/leonardo_boff/116903-transcendencia-imanencia-transparencia.html>. Acesso em: 05 nov. 2015.

⁶⁴ CHAUÍ, 2002, p. 133

⁶⁵ DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. 9. ed., 2. imp. São Paulo: Ática, 2000, p.155.

⁶⁶ FEUERBACH *apud*, ALVES, 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18054/projeto-de-lei-da-camara-n-122-2006>>. Acesso em: 20 set. 2015.

atualidade, considera que a fé religiosa é uma ilusão e que o criador não existe, sendo assim um dos grandes equívocos da humanidade, a crença em qualquer entidade divina ou sobrenatural, seja Alá, o Deus católico, evangélico ou judeu.⁶⁷

Há algumas poucas evidências de que a crença religiosa protege as pessoas de doenças relacionadas ao estresse. As evidências não são fortes, mas não seria de surpreender se elas fossem verdadeiras, pelo mesmo motivo que as curas movidas pela fé podem funcionar em alguns casos. Quem dera não fosse necessário acrescentar que tais efeitos benéficos de maneira nenhuma reforçam o valor de verdade das alegações da religião. Nas palavras de George Bernard Shaw, "o fato de um crente ser mais feliz que um cético não quer dizer muito mais que o fato de um homem bêbado ser mais feliz que um sóbrio".⁶⁸

Ainda segundo ele, 'a religião mais causa que alivia o estresse'⁶⁹. Isto é, seria uma espécie de placebo, como muito bem ilustra seu pensamento, a comediantista americana Cathy Ladman ao dizer que, "todas as religiões são a mesma coisa: a religião é basicamente culpa, com feriados diferentes".⁷⁰

Mais que isso, em seu livro *The God delusion* (Deus, um delírio), Dawkins faz um apelo apaixonado contra a doutrinação de crianças em qualquer religião. Para ele, o simples fato de dizermos "criança católica" ou "criança judia" é uma forma de abuso infantil, comparável até ao abuso sexual, tão absurdo como falar de "criança neoliberal".⁷¹

Em resumo, cômico das mais variadas áreas do conhecimento em que envolve a dimensão humana e que buscam incessantemente explicações para tais, Dawkins diz que, 'a religião é um fenômeno de grandes dimensões e precisa de uma teoria de grandes dimensões para explicá-la',⁷² demonstrando assim a complexa teia que envolve a ciência da religião.

⁶⁷ DAWKINS, Richard. *Deus, um Delírio*. 2007, p.7. Tradução Fernanda Ravagnani. Companhia das Letras. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/tenoriobez/deus-umdelirioricharddawkins>>. Acesso em: 30 out. 2015.

⁶⁸ DAWKINS, 2007, p.178. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/tenoriobez/deus-umdelirioricharddawkins>>. Acesso em: 31 out. 2015.

⁶⁹ DAWKINS, 2007, p.178. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/tenoriobez/deus-umdelirioricharddawkins>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

⁷⁰ DAWKINS, 2007, p.178. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/tenoriobez/deus-umdelirioricharddawkins>>. Acesso em: 01 nov.2015.

⁷¹ DAWKINS, 2007, p.7. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/tenoriobez/deus-umdelirioricharddawkins>>. Acesso em: 30 out. 2015.

⁷² DAWKINS, 2007, p.179. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/tenoriobez/deus-umdelirioricharddawkins>>. Acesso em: 30 out. 2015

Daí, segundo pontua Greschat não lhe restam dúvidas de que é papel da Ciência da Religião a explicação do fenômeno da religião.⁷³ E acrescenta que, cabe ao cientista da religião, associar suas investigações à religião como totalidade.

[...] O objeto “religião” é algo concreto, ou seja, é sempre uma determinada religião. Cada uma das milhares de religiões que podem ser escolhidas e estudadas é representada como uma totalidade passível de investigação de acordo com quadro perspectivas: como comunidade, como sistemas de atos, como conjunto de doutrinas ou como sedimentação de experiências.⁷⁴

2.2 O Ensino Religioso no Espaço Escolar

O grande desafio do ER é ter uma base epistemológica, ou seja, a relação direta com os estudos da religião. Caso contrário, não há o que ensinar numa área do conhecimento.⁷⁵

Para Costella, uma das tarefas da escola “é fornecer instrumentos de leitura da realidade e criar as condições para melhorar a convivência entre as pessoas por meio do conhecimento, isto é, construir os pressupostos para o diálogo”.⁷⁶

Assim, a convivência escolar deve primar pela valorização das diferenças e pelo compromisso de um trabalho de construção, de significados solidários, com a realidade humana. Tal postura demonstra a tolerância à liberdade religiosa, em sintonia com a Declaração dos Direitos Humanos no seu Artigo 18, quando diz que “toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência, religião e de professar sua crença”⁷⁷.

O profissional que se predispõe a lecionar ER não pode deixar de considerar que, se uma

[...] religião “X” reclama a fé verdadeira apenas para si, qualifica a de todas as demais religiões como “heresias”. É uma questão ideológica saber se uma religião ensina a verdade ou a mentira – ela só encontra resposta na crença. Cientistas da religião são competentes para avaliar se uma religião

⁷³ GRESCHAT, 2005, p. 32-34.

⁷⁴ GRESCHAT, 2005, p.24-25. (grifo do autor)

⁷⁵ PASSOS, 2007. p. 34. (Coleção Temas do Ensino Religioso)

⁷⁶ COSTELLA, 2011, p. 134.

⁷⁷ DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm#18>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

é corretamente entendida ou não. Todavia, não atestam a verdade ou falsidade de uma religião⁷⁸.

Em outras palavras, o docente não tem o papel de avaliar a veracidade de uma determinada instituição religiosa. Sua tarefa é levar o discente a compreender o direito do outro em expressar sua fé, independentemente de seus próprios conceitos acerca do elemento sagrado.

2.2.1 O Currículo de Ensino Religioso

Ao tratar sobre o ER, Junqueira e Alves, afirmam que a proposta pedagógica para que de fato tenha sentido, deve assumir todas as ações humanas e, por consequência, as religiosas também.

A Proposta Pedagógica, para ter sentido, assume, não como tarefa isolada, mas em sua essência, todas as ações humanas e, consequentemente, também as religiosas. O Ensino Religioso deve, pois, brotar do interior deste projeto, constituindo-se em disciplina, enquanto busca de conhecimentos religiosos e de fundamentos para um compromisso ético na perspectiva de um agir solidário e transformador das realidades aí existentes.⁷⁹

Nesse sentido, o ER deve ser abordado com o mesmo respeito que as demais disciplinas, ou seja, como área de conhecimento devidamente debatida numa proposta pedagógica. É na proposta pedagógica que os estabelecimentos de ensino deverão dispor o seu currículo, a seleção e organização dos conteúdos. Cientes de que a atuação dos professores é moldada de acordo com a concepção religiosa adotada, Passos apresenta os seguintes modelos:

- O modelo catequético é o mais antigo; está relacionado, sobretudo a contextos em que a religião gozava de hegemonia na sociedade, embora ainda sobreviva em muitas práticas atuais que continuam apostando nessa hegemonia, utilizando-se, por sua vez, de métodos modernos.

⁷⁸ GRESCHAT, 2005, p.33-34. (grifos do autor)

⁷⁹ JUNQUEIRA & ALVES 2002 *apud* STIGAR, Robson. *O Ensino Religioso e o Projeto Político Pedagógico*. Publicado 25/01/2015. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos-academicos/pedagogia/12369-o-ensino-religioso-e-o-projeto-politico-pedagogico>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

- O modelo teológico que constrói num esforço de diálogo com a sociedade plural e secularizada e sobre bases antropológicas.
- O último modelo, ainda em construção, situa-se no âmbito das ciências da religião e fornece referências teóricas e metodológicas para o estudo e ensino da religião como disciplina autônoma e plenamente inserida nos currículos escolares. Ele tem por meta lançar as bases epistemológicas para o ER, deitando suas raízes e arrancando suas exigências do universo científico dentro do lugar-comum das demais disciplinas ensinadas nas escolas.⁸⁰

Para Passos, a grande fonte do problema para a não organização do ER são os sistemas de ensino, pois são os responsáveis políticos e legais, mas não apresenta uma saída diferente para o ER. Ademais, o ER tem ocorrido de forma parasitária dentro das escolas, se aprofundando teoricamente e metodologicamente nas confissões religiosas.⁸¹

No que se refere à seleção de conteúdos pela equipe escolar, é necessário considerar sua relevância social e sua contribuição para o desenvolvimento intelectual dos discentes. Esses dois critérios podem guiar as escolhas que precisam ser feitas, em função das competências e habilidades que se pretende desenvolver e dos assuntos possíveis de serem tratados no âmbito da disciplina. É importante partir do conhecimento do senso comum para os conhecimentos científicos, estabelecer relações que permitam ao discente conceituar, aplicar, formular, reformular e descrever para assim ganhar um significado vital em sua aprendizagem e permitir que dentro desse contexto todos tenham direito ao saber, independentemente de suas condições de vida.⁸²

Ao considerar o ER como parte integrante da formação do cidadão, portanto, um direito do discente de ter acesso ao conhecimento sobre o fenômeno religioso, a escola passa a ter a responsabilidade de oferecer a disciplina em horários normais de aula. Neste sentido, as diretrizes curriculares para o ER, objetiva-se em orientar a abordagem e a seleção dos conteúdos.

Diante do exposto, todas as religiões podem ser tratadas como conteúdos de aula de ER, tendo em vista que o sagrado compõe o universo cultural humano, que se fez e se faz presente e no modelo de organização de diferentes sociedades.

Para Toledo e Amaral,

⁸⁰ PASSOS *apud* SOARES, Afonso M. L. *Religião e Educação - Da Ciência da Religião ao Ensino Religioso*. São Paulo: Paulinas, 2010, p.121-122.

⁸¹ PASSOS, 2007, p. 26.

⁸² PCNER, 2009, *passim*.

Ao tratar da pluralidade cultural, os PCNER evitam o termo pluralidade religiosa expressa nas DGAE. No entanto, um dos eixos dos conteúdos são justamente culturas e tradições religiosas, e não há como desvincular esse entendimento, à medida que culturas e tradições religiosas evocam a existência da pluralidade de religiões, já admitidas como dignas de respeito pela Igreja Católica desde o Vaticano II⁸³.

Tendo em vista a multiplicidade de significados e a complexidade, o FONAPER definiu para o trabalho de ER cinco eixos:

1. Culturas e Tradições Religiosas – desenvolve os temas decorrentes da relação entre cultura e tradição religiosa, tais como: a ideia Transcendente na visão tradicional e atual; a evolução da estrutura religiosa nas organizações humanas no decorrer dos tempos; a função política das ideologias religiosas; e, as determinações da tradição religiosa na construção mental do inconsciente pessoal e coletivo.
2. Teologias – analisa as múltiplas concepções do Transcendente, dentre os conteúdos destacam-se: a descrição das representações do Transcendente nas tradições religiosas; o conjunto de muitas crenças e doutrinas que orientam a vida do fiel nas tradições religiosas; e, as possíveis respostas norteadoras do sentido da vida: ressurreição, reencarnação, ancestralidade.
3. Textos Sagrados e Tradições Orais – aprofunda o significado da palavra sagrada no tempo e no espaço, com destaque para: a autoridade do discurso religioso fundamentado na experiência mística do emissor que a transmite como verdade do Transcendente para o povo; o conhecimento dos acontecimentos religiosos que originaram os mitos e segredos sagrados e a formação dos textos; a descrição do contexto sócio-político-religioso determinante para a redação final dos textos sagrados; e, a análise e a hermenêutica atualizadas dos textos sagrados.
4. Ritos – busca o entendimento das práticas celebrativas, por isso contempla: a descrição de práticas religiosas significantes, elaboradas pelos diferentes grupos religiosos; a identificação dos símbolos mais importantes de cada tradição religiosa, comparando seu (s) significado (s); e, o estudo dos métodos utilizados pelas diferentes tradições religiosas no relacionamento com o Transcendente, consigo mesmo, com os outros e com o mundo.
5. Ethos – analisa a vivência crítica e utópica da ética humana a partir das tradições religiosas, por isso considera: as orientações para o relacionamento com o outro, permeado por valores; o conhecimento do conjunto de normas de cada tradição religiosa, apresentado para os fiéis no contexto da respectiva cultura; e, a fundamentação dos limites éticos propostos pelas várias tradições religiosas.⁸⁴

Quanto aos conteúdos estruturantes propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, contemplam o pensamento de que como a questão

⁸³ TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. AMARAL, Tânia Conceição *Iglésias do. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino religioso nas escolas públicas*. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1248/1060>>. Acesso em: 10/03/2015.

⁸⁴ Cf. FONAPER. Caderno Temático Ensino Religioso, nº. 1. [s/d]. p. 31-32.

do sagrado é algo inerente à ação humana, suas manifestações pertencem ao patrimônio cultural, nessa perspectiva temos:

- Paisagem religiosa;
- Universo simbólico;
- Textos sagrados;
- Símbolos Religiosos;
- Os lugares sagrados;
- Os textos sagrados, tanto orais como escritos;
- As organizações religiosas;
- Temporalidade sagrada;
- Os ritos;
- As festas religiosas;
- A vida e morte;
- Os fundadores ou líderes religiosos;
- As estruturas hierárquicas.⁸⁵

2.2.2 O Ensino Religioso no Projeto Político Pedagógico da Escola

Stigar ao falar sobre o tema diz que

O Ensino Religioso necessita estar inserido no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a fim de garantir seus fundamentos epistemológicos e pedagógicos, pois tal atitude faz com que o Ensino Religioso tenha uma identidade clara e, assim, seja compreendido como área de conhecimento junto à comunidade escolar.

Assim entendemos que se faz necessário esclarecer o que é o PPP, bem como em que pode contribuir para a identidade do Ensino Religioso enquanto disciplina e a concepção de escola atualmente.

É impossível pensar sobre o Ensino Religioso dentro da identidade escolar se o mesmo não fizer parte do PPP da escola. Esse projeto deve estar vinculado à melhoria da escola, da comunidade, do aluno. Isso providenciará mudanças educativas, beneficiando toda a comunidade, pois o existir das escolas só tem sentido a partir de sua função social e

⁸⁵ Cf. FONAPER- *Ensino Religioso Capacitação para o Novo Milênio*. Cadernos 1-12. 2000.

educativa. É em função do social e do educativo que há sentido em existir as escolas.⁸⁶

Portanto, o ER necessita estar inserido no PPP da escola, garantindo que seus fundamentos epistemológicos e pedagógicos sejam compreendidos como integrantes essenciais da área de conhecimento junto à comunidade escolar.

Sendo o PPP um instrumento organizatório da atividade escolar, não é possível pensar o ER dentro da unidade escolar, mas fora do PPP da escola. Além do mais, o ER enquanto disciplina vincula-se à melhoria da escola, da comunidade, do discente, que poderá providenciar mudanças educativas, beneficiando toda a comunidade, uma vez que, como dito anteriormente, seu estudo no âmbito escolar só tem sentido a partir de sua função social e educativa.⁸⁷

2.3 A Avaliação da Disciplina de Ensino Religioso

A avaliação é importante na vida de qualquer pessoa. No que tange à educação, Luckesi acredita que “a avaliação de aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino”.⁸⁸

Já José Carlos Libâneo define a avaliação escolar como “um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência deste com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes”.⁸⁹

Não diferente, o ER como parte curricular integrante e integrador do currículo necessita do processo de avaliação que deve ser entendido como

⁸⁶ STIGAR, [s/d]. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/o-ensino-religioso-e-o-projeto-politico-pedagogico-26847/artigo/#.VLXAWNLF-Lw>>. Acesso em: 14 set. 2015.

⁸⁷ POLIDORO, Lurdes Fátima; STIGAR, Robson. *O Ensino Religioso em face do Projeto Político Pedagógico*. Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano III, n. 18, p.2. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Ensino_religioso/er_ppp.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

⁸⁸ LUCKESI, Cipriano Carlos. *Verificação ou avaliação: o que pratica a escola?* [s/d]. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p071-080_c.pdf>. Acesso em: 10/05/ 2015

⁸⁹ LIBANEO, Jose Carlos. *Didática*. In: BECHIS SOLANGE. *Avaliação Planejamento Escolar*.2011. Disponível em: <<https://sueliteixeira.files.wordpress.com/.../avaliac3a7c3a3o-escolar.docx>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

instrumento contínuo para o aperfeiçoamento da prática pedagógica, colaborando na crescente busca do ser. Veja-se o que os PCNER teorizam sobre avaliação:

A avaliação parte sempre da concepção de ensino e aprendizagem. Nessa proposta a abordagem do conhecimento visualiza o Ensino Religioso como algo significativo, articulado, contextualizado, em permanente formação e transformação[...] conjunto de atuação que tem a função de alimentar, sustentar, orientar e adequar a intervenção pedagógica, verificando o nível de aprendizagem atingido pelo aluno.⁹⁰

Acredita-se assim, que o papel da avaliação é fazer uma intervenção pedagógica, baseado nas funções de orientar, adequar e conhecer o nível de conhecimento do discente.

Segundo os PCNER, a avaliação no ER segue as mesmas orientações das demais disciplinas, ou seja, três etapas: avaliação inicial, formativa e final.

Na *avaliação inicial* - reconhecimento de grupos culturais/religiosos diferentes, identificados nas várias crenças dos próprios educandos.

A *avaliação formativa* - deve ser formal e sistemática e ser organizada de acordo com os conteúdos significativos, levando ao conhecimento. Esta etapa é caracterizada pelo acompanhamento do processo, que leva em conta o contexto, o desenvolvimento pessoal e a faixa etária do educando.

A *avaliação final* – consiste na aferição dos resultados de todo o período de aprendizagem de acordo com os objetivos. Neste momento, avalia-se a aprendizagem de alguns conteúdos essenciais e se determina os novos a eles relacionados para serem trabalhados.⁹¹

Em se tratando de avaliação, é preciso ter em mente que esta não recai somente sobre a aprendizagem dos discentes. Ela também fornece ao docente os elementos necessários para que reflita sobre sua própria prática pedagógica e tome conhecimento sobre os aspectos que devem ser retomados ou reorganizados, além da forma a ser trabalhada, individual ou coletivamente, mas sem fins de aprovação ou reprovação⁹².

A avaliação dever ser compreendida como um procedimento, cuja função é integrar a aprendizagem e o ensino. Não deve ser um momento de classificar, de medir. Como define Luckesi, avaliar é

⁹⁰ PCNER, 2009, p.62.

⁹¹ PCNER, 2009, p. 62-63.

⁹² PCNER, 2009, p. 61-63.

[...] um ato amoroso no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção - que obrigatoriamente conduz à exclusão⁹³.

Mas é possível trabalhar o ato avaliativo na disciplina do ER? Streck também questiona a forma de avaliação na disciplina de ER: “Como relacionar fé e religião com rendimento escolar, com avaliação e notas, com a necessidade de repassar conteúdos?”⁹⁴ A autora comenta sobre essa questão.

A avaliação é uma das dificuldades na disciplina de Ensino Religioso. A pergunta mais frequente, e feita especialmente por alunos e alunas, é sobre como avaliar a fé de uma pessoa. O que avaliar no Ensino Religioso? Como ser justo com alunos e alunas e, ao mesmo tempo, manter a seriedade e a função da avaliação? Por ser uma disciplina diferente, que lida com a religiosidade de crianças e adolescentes, o Ensino Religioso poderia reivindicar uma forma de avaliação diferenciada das demais disciplinas da escola e até optar por não avaliar alunos e alunas. Esta atitude, no entanto, não poderia ser definida como “solidariedade crítica com a escola”. Se o Ensino Religioso quiser contribuir para uma formação integral, não seria correto assumir uma postura diferenciada, mas deveria se sujeitar às mesmas condições que vigoram na escola e valem para todas as demais disciplinas. As perguntas sobre como deveria ser a avaliação e sua função na escola dizem respeito a todas as disciplinas, e não somente ao Ensino Religioso⁹⁵.

Diante dos pressupostos apresentados, é necessário pensar a avaliação da disciplina do ER numa perspectiva processual de ensino aprendizagem, de acordo com um modelo avaliativo coerente e significativo, tendo por base o aprimoramento do saber e considerando o discente numa perspectiva global, ou seja, em sua totalidade cognitiva e ética-religiosa.

⁹³ LUCKESI. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 2000, p.172.

⁹⁴ STRECK, Gisela I. Waechter. *A disciplina ensino religioso com adolescentes*, [s/d], p.125-137. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/559/517>. Acesso em: 15 ago. 2015.

⁹⁵ STRECK, [s/d], p.125-137. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/559/517>. Acesso em: 15 ago. 2015.

2.4 Pressupostos necessários para o docente de Ensino Religioso: formação profissional e didática

Segundo Passos, a formação de docente para o ER deve ser articulada com questões voltadas para o ato pedagógico e a religião, buscando responder ao questionamento básico: Ensinar religião para quê? Como nas demais áreas/disciplinas, o estudo da religião é meio para um fim maior, que é a educação dos cidadãos para o futuro.⁹⁶

Tal pressuposto requer um trabalho comprometido com a eficiência do ER e centralizado na educação do cidadão, levando em consideração as condições para viver de forma autônoma e responsável.

Para isso, Oliveira aconselha o docente do ER no sentido de estar atento à necessidade de equilibrar os conhecimentos científicos com sua prática cotidiana, dando ênfase a:

[...] pluralidade cultural religiosa brasileira, além de propiciar a qualificação específica, em que sejam contemplados, entre outros conteúdos, os que se referem aos Fundamentos Epistemológicos do Ensino Religioso, às Culturas e Tradições Religiosas, aos Textos Sagrados: orais e escritos, Teologias, Ritos e *Ethos*, deverá desenvolver a capacidade de investigar, descobrir e entretecer, na multiplicidade de aspectos dos fenômenos religiosos itinerários e ações para uma vida solidária num contexto de planetaridade.⁹⁷

Na atualidade é possível afirmar que, infelizmente, os avanços em relação à formação de docentes para disciplina de ER ainda é deficitária. O desafio está em ofertar cursos de graduação na área de Ciências das Religiões, já que o curso apresenta uma base epistemológica mais condizente com as necessidades de um profissional desta área.⁹⁸

Analisando o Art. 62 da LDB nº 9394/96 com a alteração através da Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013, lei que “[...] estabelece as diretrizes e bases da

⁹⁶ PASSOS, 2007, p. 121. (Coleção Temas do Ensino Religioso)

⁹⁷ OLIVEIRA *apud* FONTANIVE et al. *Formação docente em Santa Catarina: olhares e leituras na perspectiva de uma formação continuada em Ensino Religioso*. In: *Formação de docentes e Ensino Religioso no Brasil*: Tempos, Espaços, Lugares. OLIVEIRA et al (Orgs), Blumenau: Edifurb, 2008, p. 106. (grifo do autor)

⁹⁸ PASSOS, 2007, p. 22. (Coleção Temas do Ensino Religioso)

educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências”⁹⁹, obtêm-se:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.¹⁰⁰

Em outras palavras, compreende-se que a formação do docente é apresentada de forma generalizada, estabelecendo apenas que qualquer docente tenha curso de graduação, mas não necessariamente que seja específica à sua área de atuação.

No estado da Bahia, por meio da Lei Estadual nº 7.945/2001, o critério estabelecido para ministrar o ER foi o seguinte: “o professor deverá ter formação específica, comprovada por certificado fornecido pela respectiva igreja ou entidade por ela mantida ou credenciada”¹⁰¹, seguindo um modelo confessional pluralista para a disciplina ER.

Segundo os PCNER, os principais requisitos de um docente da disciplina de ER são: “a constante busca do conhecimento das manifestações religiosas, a clareza quanto à sua própria convicção de fé, a consciência da complexidade da questão religiosa e a sensibilidade à pluralidade”.¹⁰²

Também é preciso lembrar que,

o saber dos professores não é um conjunto de conteúdos cognitivos definidos de uma vez por todas, mais um processo em construção ao longo de uma carreira profissional, na qual o professor aprende progressivamente a dominar seu ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que se insere nele e o interioriza por meios de regras de ação que se tornam parte integrante de sua ‘consciência prática’.¹⁰³

⁹⁹ BRASIL, Presidência da República do. *Lei nº 12.796/2013*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 28 set. 2015.

¹⁰⁰ BRASIL, Lei nº 12.796, 2013.

¹⁰¹ BAHIA. Palácio do Governo do Estado. *Lei Estadual Nº 7.945/2001*. Disponível em: <<http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/LEI%207945%20bahia.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

¹⁰² PCNER, 2009, p. 43.

¹⁰³ TARDIF *apud* FONTANIVE et al, 2008, p. 107. *Formação docente em Santa Catarina: olhares e leituras na perspectiva de uma formação continuada em Ensino Religioso*. In: *Formação de docentes e Ensino Religioso no Brasil: Tempos, Espaços, Lugares*. OLIVEIRA et al (Orgs), Blumenau: Edifurb, 2008. (grifo do autor)

Por isso, a formação de docente deve ser contínua no sentido de superar todos os desafios e aprimorar sua prática pedagógica numa ação interativa, criativa e dialética com os sujeitos do conhecimento.

2.4.1 A formação do Docente numa Perspectiva Cidadã

Compreender o papel do docente numa sociedade cidadã requer antes de qualquer coisa, reconhecer a atuação enquanto ser social, cidadão. Ademais, o profissional da educação “tem por função ajudar os educandos a integrarem-se na sociedade. Neste sentido, seu compromisso, como meio socioeducativo, consiste em observar atentamente os múltiplos aspectos de desenvolvimento de seus educandos, tendo em vista a sua formação integral”.¹⁰⁴

Diante disso, discorrer acerca da formação do docente de forma cidadã requer:

Enfocar a questão do fenômeno religioso na perspectiva da pluralidade é um exercício não apenas fértil e interessante mas absolutamente necessário, pois não é mais possível refletir sobre o conhecimento numa perspectiva fragmentária, individual, separada. Compreender o contexto cultural, no qual acontecem as diversas experiências humanas, exige dos que a assim se propõem compreensão redimensionada sobre o todo e as partes que o constituem.¹⁰⁵

Entende-se que a formação docente deve assumir um papel que transcende o ensino, ter conhecimento dos elementos que compõem o elemento sagrado, a partir das vivências do ser humano. Para isso, o docente não pode deixar de considerar o contexto global e do universo particular do educando.

O professor precisa se colocar na situação de um cidadão de uma sociedade capitalista, em desenvolvimento, com problemas especiais e, nesse quadro, reconhecer que tem um amplo conjunto de potencialidades,

¹⁰⁴ OLENIKI, Marilac Loraine R. *O Ensino Religioso na formação integral do educando*. In: *Congresso Estadual de Educação da AEC/PR*, 15, 2003, Curitiba. Anais... Curitiba: Champagnat, 2003, p. 45-49.

¹⁰⁵ MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob. PASSOS João Décio. *O Ensino Religioso como área de conhecimento: contribuições à discussão no Conselho Nacional de Educação*. 2001. In: *Educação, Ensino Religioso e formação docente – Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo*. SENA, Luzia (Org). 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p.116-117.

que só poderão ser dinamizados se ele agir politicamente, se conjugar uma prática pedagógica eficiente a uma ação política de mesma qualidade.¹⁰⁶

Diante disso, o ER requer profissionais empenhados com o fazer pedagógico, considerando que o conhecimento do fenômeno religioso abrange toda uma complexidade da questão religiosa frente à diversidade de crenças presentes na sociedade brasileira. Ademais, é preciso compreender que o fenômeno religioso é de grande importância para a formação de cidadãos críticos, capazes de fazer discernimento do pluralismo religioso. Não é possível pensar em educação de qualidade que não atinja a dimensão religiosa do ser humano. A formação do ser humano deve ser em sua totalidade, contemplando inclusive a religiosidade.

O educador é aquele que naturalmente vive a reverência da alteridade e leva em consideração que a família e comunidade religiosa são espaço privilegiado para a vivência religiosa e para a opção de fé. Assim, o educador coloca seu conhecimento e sua experiência pessoal a serviço da liberdade do educando.¹⁰⁷

O desafio é que o profissional de ER esteja preparado para mediar suas aulas com respeito à diversidade cultural e religiosa, com sua formação multicultural e multiconfessional que é um fato que não pode ser desconsiderado. Uma formação de docente eficaz é fundamentada num fazer educativo com base científica, consciente e comprometida com a cidadania. Cortella revela que

É nessa condição de formadora específica que entra a urgente consolidação da graduação em Ciências da Religião, com uma licenciatura dentro dela que dê conta da responsabilidade social que tal ensino demanda, evitando-se o proselitismo e doutrinação, garantindo-se a democratização e ou multiculturalismo¹⁰⁸.

¹⁰⁶ GOMES, Carmen H. P. A “nova LDB”: Algumas implicações na Formação e na Valorização dos profissionais da Educação. In: BONETI, Lindomar Wessler. *Educação, exclusão e cidadania*. 3. ed. Injuí: Unijuí, 2003, p. 72.

¹⁰⁷ PCNER, 2006. In: PEREIRA et al. *Um estudo das práticas docentes do ensino religioso em escolas públicas da Paraíba*. Disponível em: <<http://www.afirse.com/archives/cd11/GT%2011%20-%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20E%20RELIGI%C3%83O%20POL%C3%8DTICAS%20E%20PR%C3%81TICAS/1101%20-%20estudo%20das%20pr%C3%A1ticas%20docentes%20-%20Ana%20Ericka%20Sobral.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

¹⁰⁸ CORTELLA, Mario Sergio. *Educação, Ensino Religioso e formação docente*. In: Educação, Ensino Religioso e formação docente – Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo. SENA, Luzia (Org). 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 20.

A proposta desafiadora para o professor de ER está no encaminhamento pedagógico, na contextualização dos fatos, nas manifestações, nos elementos simbólicos e outros que possam propiciar ao discente a compreensão do fenômeno religioso na dinâmica social.



3. A FORMAÇÃO DOCENTE NO COLÉGIO MUNICIPAL DE ITABELA/BA

Compreende-se a docência em Ensino Religioso como ação educativa construída e focalizada na valorização e no reconhecimento da diversidade cultural religiosa, presente na sociedade brasileira por meio do exercício do diálogo, da pesquisa, do estudo, da construção, da reconstrução e da socialização dos saberes, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos, discutindo as relações de poder que permeiam as concepções históricas, culturais e religiosas que constituem as sociedades.
FONAPER, 2008

3.1 Breve Histórico

De acordo com historiadores, a estrutura física do Colégio Municipal de Itabela começou a ser construída em meados da década de 1970, e foi uma das primeiras escolas do então povoado, que pertencia ao município de Porto Seguro¹⁰⁹. Os primeiros docentes do povoado foram D. Raimunda, D. Alaíde, Maria D'Ajuda e Dinamar. Ministravam suas aulas em espaços improvisados, como igreja e cômodos de suas próprias casas.¹¹⁰

Ao longo da sua história, a instituição passou por diversas mudanças, como o nome, direção, uniformização e até logomarcas. Fatos que contribuíram para que a mesma perdesse parte de sua identidade, e ainda que seja possível obter informações sobre sua história, estas não são suficientes para uma História por escrito, como seria de direito.¹¹¹

Pelo que consta, no início dos anos de 1970, a professora Neci de Carvalho Tourinho, esposa do Senhor Catão Tourinho, na época vereador de Porto Seguro, possuía uma escola improvisada no quintal de sua casa, situada à Rua Carlos Alberto de Souza Parracho, denominada Centro Educacional de Itabela.

¹⁰⁹ BRAVIM, Ana Valéria. *História do Colégio Municipal de Itabela*. Postado em 16/08/13 12:42:26 - Atualizado em 21/08/13 07:53:27. Disponível em: <<http://clic101.com.br/ver.php?id=626>>. Acesso em 28 out. 2015.

¹¹⁰ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291465&search=%7Citabela>>. Acesso em: 28 out. 2015.

¹¹¹ BRAVIM. Postado em 16/08/13 12:42:26 - Atualizado em 21/08/13 07:53:27 Disponível em: <<http://clic101.com.br/ver.php?id=626>>. Acesso em 28 out. 2015.

No segundo semestre de 1977, o então prefeito de Porto Seguro, Carlos Alberto de Souza Parracho, convidou a professora Neci a transferir sua escola para as instalações onde mais tarde seria transformada no Colégio Municipal de Itabela, quando a mesma então, se tornaria a diretora da escola do Ensino Primário. Como docentes, a instituição contava com a dedicação de Maria da Penha Coelho Teixeira, Dinamar Santiago, Tia Míriam, Ranério Cezana, dentre outros, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da Educação deste Município.

Inicialmente foram construídas apenas seis salas de aulas e um banheiro, sendo que uma destas salas era usada como secretaria e sala dos professores. A cantina funcionava em apenas um cômodo de madeira na parte externa do prédio e as merendeiras eram Dona Jersi e Dona Vera.

No dia 30 de março de 1979, após a conclusão das “obras”, foi realizada a Cerimônia de Inauguração do Centro Educacional Carlos Alberto de Souza Parracho, nome escolhido para homenagear o então prefeito do município de Porto Seguro. Quando inaugurado, o colégio possuía doze salas de aula e demais dependências, visto que a população aumentava e esta era a única escola do povoado.

Entre os anos de 1977 e 1983 era cobrada dos discentes, a título de “caixa escolar”, uma quantia em cruzeiros, a qual era quitada mensalmente, através de carnê bancário, para colaborar com a manutenção da unidade. Nessa época não era oferecido o “Ensino Ginásial”, que só passou a existir na instituição a partir de 1981, quando então a escola passou a ter duas diretoras, a professora Neci, do Ginásio, e a professora Maria da Penha, do primário.

Devido à quantidade muito grande de alunos, a escola funcionava em quatro períodos diários, atendendo alunos do 2º grau, com cursos Técnicos em Contabilidade e em Administração de Empresas, e ainda o Curso de Magistério. A escola seguia rigorosamente o método tradicional de ensino, sendo os docentes em sua maioria muito severos, e se utilizavam de réguas e palmatórias, entre outros tipos de castigo, como forma de “disciplinar” os alunos.¹¹²

No referido período, existiam diversas disciplinas que foram abolidas com o passar do tempo. Dentre estas, pode-se apontar Prática de Escritório, Educação

¹¹² BRAVIM. Postado em 16/08/13 12:42:26 - Atualizado em 21/08/13 07:53:27 Disponível em: <<http://clic101.com.br/ver.php?id=626>>. Acesso em 28 out. 2015.

Moral e Cívica, Educação para o lar, dentre outras, que contribuíam para o desenvolvimento dos discentes, os quais, por sua vez, não mediam esforços para executar as mais diversas tarefas propostas pela escola, como é o caso das hortas, desenvolvidas pelos discentes. Os alimentos ali produzidos eram utilizados na merenda escolar.

Ao realizar uma comparação ao ensino oferecido naquele tempo com o de hoje, “que por sua vez adquiriu um embasamento construtivista, percebe-se que o de outrem, contribuía mais severamente, para a formação dos seus discentes, tanto no que se refere às questões da aprendizagem dos conteúdos curriculares, quanto na aprendizagem dos conhecimentos para a vida. É importante lembrar que apesar de rígidos, os docentes, em grande maioria, eram extremamente dedicados e demonstravam muito compromisso com a prática docente, o que contribuía para o bom desempenho escolar”.¹¹³

Na eleição de 1982, Valdívio Costa e seu vice Ismael Francisqueto venceram as eleições para prefeito de Porto Seguro. Ao assumirem os cargos no ano seguinte, tiraram da direção da escola as professoras Neci e Penha, nomeando Marli Calatrone de Aguiar e Gláucia Maristela Bosetti para assumirem os cargos. Com vistas a acabar com a cobrança do “caixa escolar”, alguns meses após a posse do novo prefeito e seu vice, todos os docentes do povoado, juntamente com a direção, solicitaram ao prefeito uma reunião para pedir que ele assumisse todas as despesas da Unidade de Ensino, quando então o prefeito Valdívio Costa se comprometeu a proporcionar à população itabelense o ensino verdadeiramente, gratuito, como deve ser em qualquer escola pública.

Entretanto, neste meio tempo, o registro da escola foi baixado no Ministério de Educação, o que causou receio nos alunos, de não receberem diploma e, por isso, em 1983 a turma do 3º ano do Curso de Magistério pediu transferência e foi estudar em Eunápolis. Com isso, em dezembro deste mesmo ano houve a colação de grau de apenas quatro alunos, entre eles, Janilda Helena Bergamini.¹¹⁴

“O novo registro só foi possível em 1986, quando a direção, em sigilo, com o patrocínio de Ivo Manzoli, designou o Professor José Raimundo Fontes Queiroz para

¹¹³ BRAVIM. Postado em 16/08/13 12:42:26 - Atualizado em 21/08/13 07:53:27 Disponível em: <<http://clic101.com.br/ver.php?id=626>>. Acesso em 28 out. 2015.

¹¹⁴ BRAVIM. Postado em 16/08/13 12:42:26 - Atualizado em 21/08/13 07:53:27 Disponível em: <<http://clic101.com.br/ver.php?id=626>>. Acesso em 28 out. 2015.

que fosse a Salvador entregar à senhora Maria D'ajuda Silva Vieira, esposa do ex-prefeito de Porto Seguro, Jairo Góes, uma folha de ofício constando a assinatura de todos os professores da escola, tendo anexado as fotocópias dos documentos dos mesmos, dentre outras documentações necessárias. Assim, Dona D'ajuda foi até a Secretaria da Educação do Estado e deu entrada no novo registro. Aproximadamente dois meses depois, ela chegou ao Colégio com o Diário Oficial, onde constava a aprovação do registro, no qual denomina oficialmente o Colégio Municipal de Itabela, dirimindo, daí por diante, qualquer dúvida acerca do nome desta instituição de ensino”¹¹⁵.

Iniciava-se, assim, uma nova batalha, visto que haviam mais de cem diplomas sem registro, das turmas que colaram grau entre 1983 e 1985. No início de 1988, a diretora Marli Calatroni afastou-se do cargo devido a problemas de saúde, tendo nomeado, então, como sua sucessora Janilda Helena Bergamini, que atuou por dois anos. Em 1989, quando José Ubaldino Alves Pinto assumiu a Prefeitura de Porto Seguro, nomeou para a direção deste Colégio a professora Edleuza Batista dos Santos Bravim. Entretanto, por sua forma rígida de administração, atuou por poucos dias; sendo logo substituída pelo Professor José Raimundo.

Em 14 de Junho de 1988, aconteceu a emancipação política do Município de Itabela. Com isso, no mês de novembro do mesmo ano, houve nova eleição para prefeito, disputada entre os candidatos Ivo Manzoli e Ismael Francisqueto, com a vitória de “Seu Ivo”, que atuou por um período de três anos. Após a Emancipação do Município, a questão da perda da identidade escolar aumentou gradativamente, pois conforme determinações do gestor municipal, mudou também a direção, a cor, o uniforme e até a logomarca do Colégio.¹¹⁶

Outras diversas mudanças ocorreram, até que, em 2013, a secretaria da educação foi assumida por Emanuel Souza Oliveira; e a direção do Colégio Municipal, a pedido de grande parte dos profissionais que ali atuam, assumiu a Professora Ingrid Brandão, que vem desenvolvendo um bom trabalho. A instituição é hoje considerada uma escola de grande porte, atendendo ao público das séries finais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Os alunos são

¹¹⁵ BRAVIM. Postado em 16/08/13 12:42:26 - Atualizado em 21/08/13 07:53:27 Disponível em: <<http://clic101.com.br/ver.php?id=626>>. Acesso em 28 out. 2015.

¹¹⁶ BRAVIM. Postado em 16/08/13 12:42:26 - Atualizado em 21/08/13 07:53:27 Disponível em: <<http://clic101.com.br/ver.php?id=626>>. Acesso em 28 out. 2015.

oriundos dos diversos bairros da cidade, bem como da zona rural do município, e estão na faixa etária entre 09 e 50 anos de idade.¹¹⁷

“Apesar das contradições e dificuldades inerentes ao sistema educacional brasileiro, o que se espera é que a Escola tenha uma gestão participativa, sem relações autoritárias e com a preocupação com o coletivo, com o desenvolvimento dos seus profissionais, porém sem perder de vista a realização de um trabalho de qualidade, que seja realmente capaz de contribuir para a aprendizagem dos alunos. Portanto, objetiva-se principalmente o desenvolvimento de uma prática pedagógica cotidiana, baseada na discussão dos referenciais teóricos que nos direcionem para uma práxis responsável e compromissada com uma escola pública verdadeiramente de qualidade”¹¹⁸.

3.2 O que diz o Projeto Político Pedagógico da Escola acerca do Ensino Religioso

O Projeto Político Pedagógico é essencial para o bom funcionamento da escola. Assim, a partir do PPP da Escola Municipal de Itabela, será realizada uma abordagem teórica acerca do tema, que diante dos desafios da pós-modernidade é considerado pertinente a todos os envolvidos no processo educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no artigo 15, proporcionou à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Isso significa construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo seus rumos e planejando suas atividades para responder às demandas da sociedade. A autonomia permite à escola construir sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática.

Um Projeto Político-Pedagógico não é um agrupamento de projetos individuais, ele é um projeto de elaboração coletiva, voltado à construção de uma gestão democrática. “É o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das

¹¹⁷ BRAVIM. Postado em 16/08/13 12:42:26 - Atualizado em 21/08/13 07:53:27 Disponível em: <<http://clic101.com.br/ver.php?id=626>>. Acesso em 28 out. 2015.

¹¹⁸ BRAVIM. Postado em 16/08/13 12:42:26 - Atualizado em 21/08/13 07:53:27 Disponível em: <<http://clic101.com.br/ver.php?id=626>>. Acesso em 28 out. 2015.

exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar”.¹¹⁹

“Projeto Político-Pedagógico é a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação”.¹²⁰

O Projeto Político-Pedagógico, expressa a cultura da escola, visto que nela ficam impregnadas as crenças, significados, valores e modos de pensar e agir de todas as pessoas que participam da sua elaboração. É assim, uma metodologia de trabalho, “que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola”¹²¹.

Tal projeto, é antes de tudo a expressão de autonomia da escola no sentido de formular e executar sua proposta de trabalho. É um documento juridicamente reconhecido, que norteia e encaminha as atividades desenvolvidas no espaço escolar e tem como objetivo central identificar e solucionar problemas que interferem no processo ensino aprendizagem. Esse projeto está voltado diretamente para o que a escola tem de mais importante, os discentes, e para aquilo que os mesmos e toda a comunidade esperam da escola, uma boa aprendizagem.

O projeto se dá de forma coletiva, em que todos os personagens direta ou indiretamente, pais, docentes, alunos, funcionários, corpo técnico-administrativo são responsáveis pelo seu êxito. Assim, sua eficiência depende, em parte, do compromisso dos envolvidos em executá-lo.¹²²

É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos

¹¹⁹ LIBÂNEO. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. 5 ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004. Disponível em: <www.fecam.org.br/.../0.339244001284733185_artigo_projeto_pedagog>. Acesso em: 06 nov. 2015.

¹²⁰ VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2002, p.169.

¹²¹ VASCONCELLOS, 2002, p. 172.

¹²² Projeto Político Pedagógico do Colégio Municipal de Itabela.2015.

agentes com as racionalidades interna e externa. Esta ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente.¹²³

O projeto é pedagógico por implicar em situações específicas do campo educacional, por tratar de questões referentes à prática docente, do ensino aprendizagem, da atuação e participação dos pais nesse contexto educativo, enfim, de todas as ações que expressam o compromisso com a melhoria da qualidade do ensino.¹²⁴

Conforme explica a autora Mendes

Política, aqui pode ser entendida como uma maneira de pensar e agir. Traduz uma visão de mundo, [...]. Agimos, lidamos com o conhecimento e com o aluno de forma política. A Pedagogia como ciência da educação, compreende um conjunto de doutrinas e princípios teóricos que visam subsidiar e orientar a ação educativa. [...] a teoria pedagógica é uma ciência da e para a prática educacional. Temos nela um movimento da teoria à prática e da prática à teoria.¹²⁵

“É importante que o Projeto Político-Pedagógico seja entendido na sua globalidade, isto é, naquilo que diretamente contribui para que os objetivos prioritários da escola, que são as atividades educacionais, e naquilo cuja contribuição é indireta, ou seja, as ações administrativas. É também um instrumento que identifica a escola como uma instituição social, voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim”.¹²⁶

Na construção do Projeto Político-Pedagógico, é fundamental que se tenha em mente a realidade que circunda a escola, realidade que se expressa no contexto macro da sociedade nos aspectos econômico-político-sociais; e aquela que se verifica no entorno da escola. A realidade macro da sociedade afeta a vida da escola, assim como também afeta a sua realidade interna específica, o seu funcionamento, possibilidades e limites. Não levar em consideração os aspectos

¹²³ VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva*. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 15.ed. Campinas: Papyrus Editora, 2001, p.110.

¹²⁴ Projeto Político Pedagógico do Colégio Municipal de Itabela.2015.

¹²⁵ MENDES, Rosa Emília de Araújo. Projeto político Pedagógico em favor da Escola. Revista AMAE educando. N. 291. Belo Horizonte, Maio 2000, p. 12.

¹²⁶ VEIGA, 2001, p. 13-14.

sociais que envolvem a escola pode fazer com que o Projeto Político-Pedagógico falhe em seus resultados planejados.¹²⁷

A sociedade atual é permeada por dificuldades devido aos sistemas da sociedade, então, o que se espera da escola é que ela exerça uma gestão participativa, sem autoritarismo, preocupada com o coletivo, através do desenvolvimento contínuo de seus profissionais, focada na realização de um trabalho de qualidade, em busca dos objetivos educacionais.

Nesse contexto, o Projeto Político-Pedagógico do Colégio Municipal de Itabela “tem como função principal respeitar as experiências de vida dos discentes e de suas famílias, e por propósito, valorizar o conhecimento que os discentes possuem, para que estes compreendam melhor os conteúdos que serão aplicados, como também formar seres humanos que priorizem os valores éticos, tais como: dignidade, solidariedade, respeito ao próximo, e todos os aspectos que contribuam para a formação de um cidadão crítico e reflexivo dentro do contexto contemporâneo”.¹²⁸ Nesse Projeto, o ER consta de acordo com a Lei 9.475/97 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação que estabelece a inclusão do ER nas escolas públicas), sendo entretanto, facultativo e não-confessional.

No aspecto do ER na Bahia, no ano de 1979 foi criada a primeira diocese do Estado, que assumiu o compromisso de pagamento dos docentes de ER. Esses profissionais tinham que ter crescimento espiritual e atingir suas metas, o que ocorria através de capacitação profissional através da própria diocese.

A preocupação com a situação da Educação e a formação dos docentes foi uma constante na ação pastoral do bispo Dom Ricardo. Em suas palavras reflete: “Nós precisamos de colégios públicos gratuitos, a nossa religião é pobre demais para o ensino pago! Assim muitos jovens ficam sem estudar! O que é uma injustiça”. Partindo desse contexto, a Diocese investiu na formação dos docentes do ER. Esta atitude procede tanto da consciência de que o docente do ER capacitado pode contribuir na construção de relações sócio transformadoras de que a realidade necessita, assim como, da responsabilidade exigida pela portaria nº. 7462/81 da

¹²⁷ Projeto Político Pedagógico do Colégio Municipal de Itabela.2015, p.9.

¹²⁸ Projeto Político Pedagógico do Colégio Municipal de Itabela.2015, p.10.

SEC/BA, que confere à autoridade religiosa o direito de referendar a atividade docente do professor de ER nas escolas públicas da rede oficial.¹²⁹

Assim, acerca do ER em Itabela, em meados de 1970 quando as aulas ainda aconteciam em locais improvisados, quem ministrava as aulas eram docentes de outras religiões ou voluntários que ajudavam a ministrar os cultos, catequistas que se prontificavam voluntariamente a dar as aulas. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a exigência do ER no Ensino Fundamental de 1981 até os dias atuais.

Quadro 01 - Histórico da trajetória do Ensino Religioso do Colégio Municipal de Itabela

Ano/Dia	Disciplina	5ª Série		6ª Série		7ª Série		8ª Série		Total Geral
		Sem.	Anu.	Sem.	Anu.	Sem.	Anu.	Sem.	Anu.	
1981/1983 180 Dias	Ensino Religioso	01	36	01	36	01	36	01	36	144
1984 180 Dias	Ensino Religioso	02	72	02	72	01	36	01	36	216
1985/86/87 180 Dias	Ensino Religioso	02	72	02	72	01	36	01	36	216
1988/89 180 Dias	Ensino Religioso	01	36	01	36	01	36	01	36	144
1990 200 Dias	Ensino Religioso	02	72	02	72	01	36	01	36	216
1991 200 Dias	Ensino Religioso	02	80	02	80	01	40	01	40	240
1992 193 Dias	Ensino Religioso	02	78	02	78	01	39	01	39	234
1993 193 Dias	Ensino Religioso	01	39	01	39	01	39	01	39	156
1994/97 200 Dias	Ensino Religioso	01	40	01	01	40	01	01	40	160
1998/99 200 Dias	Ensino Religioso	(01)	-	(01)	-	(01)	-	(01)	-	-
2000/01/02 200 Dias	Educação Religiosa	(01)	-	(01)	-	(01)	-	(01)	-	-
2003 a 2016 200 Dias	Educação Religiosa	(01)	-	(01)	-	(01)	-	(01)	-	-

Fonte: Matrizes Curriculares de 1981 a 2016 – Colégio Municipal de Itabela.

¹²⁹ ALMEIDA, Eninéia Maria de. *História do Ensino Religioso e da Formação de Professores no Estado da Bahia*. Disponível em: <<http://www.gper.com.br/newsletter/fb8cc2b2440bf6502284d089d6cae994.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

Para o Colégio Municipal de Itabela/BA, a formação de docentes ao longo dessa trajetória, acontecia através de modalidades presenciais, em que estes participavam de cursos, encontros pedagógicos, estudos de temas relacionados à prática docente de ER, seminários, reuniões, eventos no município, no estado e fora do estado a nível nacional.

Partindo deste contexto a Diocese buscou investir na formação dos docentes do ER. Muitos docentes do município de Itabela nos anos de 2001 e 2003 tiveram oportunidade de participar do curso de formação de capacitação docente na área do ER, através da proposta do curso de Capacitação Docente a distância do FONAPER (Fórum Nacional Permanente para o Ensino Religioso). Sua base principal e seu foco foram a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso – PCNER, que muito tem contribuído na conscientização do que religião como proposta educacional que tem como objeto o Transcendente.

Assim, o Colégio Municipal de Itabela fundamentou no norteamento de sua proposta curricular do ensino, dentre outras, a disciplina de ER, conforme Res. CEE nº. 285 de 09/12/2005 que rege:

Art. 1º- O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina de oferta obrigatória, nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental e médio, inclusive de educação de jovens e adultos, assegurado o respeito à diversidade religiosa e cultural do Brasil e a todas as crenças individuais.

Art. 2º - O Ensino Religioso é área de conhecimento integrante da base nacional comum e visa a subsidiar o aluno na compreensão do fenômeno religioso, presente nas diversas culturas e sistematizado por todas as tradições religiosas deve ter tratamento igual dado a outras disciplinas da educação básica, no que couber.

Art. 3º- Se maior, o aluno que optar pela disciplina Ensino Religioso deve se manifestar por escrito no início do ano letivo, perante a direção da unidade escolar, se menor, a manifestação deve ser formalizada por pais ou responsáveis¹³⁰.

¹³⁰ RESOLUÇÃO CEE Nº 285, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em: <<https://cejla.files.wordpress.com/2010/01/resolucao-cee-nc2ba-285-2005.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

3.3 A Qualificação do Profissional que leciona o Ensino Religioso no Colégio Municipal de Itabela

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, ao se referir aos princípios e fins da educação nacional, em seu art. 2º, em conformidade com o art. 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é compreendida como dever do Estado e direito do cidadão e, sendo concebida como valor social, é refletida como instrumento da sociedade para efetivar o processo de formação e construção da cidadania.

As condições mínimas para as pessoas conseguirem uma qualidade de vida aceitável dentro dos parâmetros de cidadania, vão além da manutenção da vida orgânica, estando também intimamente ligada à obtenção de renda e de educação com qualidade, pois sem esses princípios, a inserção na sociedade e no mundo do trabalho torna-se precária¹³¹.

Nos últimos anos, tem sido divulgado, em nível nacional e internacional, a questão do docente, através de conferências, seminários, debates e congressos sobre as funções, profissionalização, desvalorização, preparação técnica e comprometimento político do docente, que na maioria das vezes está vinculado ao capitalismo, o que chamamos de neoliberalismo, de forma acelerada entre os países de primeiro mundo, e os demais países considerados do terceiro mundo.

A prática pedagógica dialógica, pautada por Paulo Freire, exige uma relação crítica e construtiva entre docentes e alunos com seus respectivos universos culturais. Também no caso do ER, o ato de ensinar não significa transferir conhecimento religioso, mas assumir a religião como um dado a ser conhecido como parte da apreensão da realidade, da formação do sujeito e da responsabilidade para com a sociedade.¹³²

João Décio Passos afirma o valor do Estado leigo, do ensino leigo, de uma ciência leiga e, nesse mesmo bojo, o estudo e o ensino da religião, segundo ele, são não apenas possíveis, mas também necessários para que seja possível formar

¹³¹ ARAÚJO, Adilson César de. *Gestão democrática da educação: a posição dos docentes*. PPGE/UnB. Brasília. Dissertação de Mestrado, mimeog. 2000. Disponível em: <www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/download/116/305>. Acesso em: 30 out. 2015.

¹³² FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia; saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996. Passim.

cidadãos críticos e responsáveis, capazes de decernir a dinâmica dos fenômenos religiosos, que permeiam a vida dos indivíduos, em âmbitos local e mundial, e condicionam as ações das pessoas nos seus recônditos mais profundos. Ainda que tarde, deve-se derrubar esses dogmas que mantêm a religião sob os territórios da ignorância institucionalizada, em nome da lucidez e da liberdade prometidas pelo projeto da modernidade.¹³³

O ER decorre, portanto, do fato de o fenômeno religioso fazer parte da sociedade, como outro fato coletivo, e deve ser compreendido para garantir a formação plena do cidadão. Assim, esse ensino tem como objeto e razão algo de todos, e que a todos comove de alguma forma. O mesmo tem como base epistemológica, os estudos científicos de religião, acumulados no curso da elaboração das ciências humanas modernas e, como objetivo, a educação dos cidadãos. Nesse sentido, o que se denomina como pressuposto pedagógico, torna-se um pressuposto também ético, que cobra da ação pedagógica uma teleologia: educar para quê?¹³⁴

Infelizmente, ainda é possível observar e perceber, nos dias atuais, docentes que, em sua prática na sala de aula, exercem métodos tradicionais de ensino através de aulas desmotivadas com ênfase na explanação verbal. O ER e a formação docente são considerados desafios a serem avaliados de forma que o profissional possa repensar sua prática de forma crítica e reflexiva, as políticas públicas socioeconômicas e atuar satisfatoriamente nesse contexto de contradições, entre os desafios, os acertos, os erros e os sonhos. Dessa forma, entende-se que as particularidades individuais e profissionais do docente resultam em modalidades diferentes de perceber as formas e as maneiras de organização no processo ensino-aprendizagem e, por isso, a sua prática pedagógica e sua ação educativa, apresentam-se sempre como uma escolha sempre política.

O estudo da religião é um meio que visa a um fim educacional maior e não um fim em si mesmo, como no caso dos dois outros pressupostos. A tese de Hans Kung de que uma ética mundial passa pela paz entre as religiões, aponta uma urgência da compreensão das tradições hegemônicas, mas também daquelas minoritárias, para que o planeta possa conviver planetariamente, sendo também um

¹³³ PASSOS, 2007. p. 40-41.

¹³⁴ PASSOS, 2007. Pag. 41.

dados reais a vida cada vez mais planetarizada. Nesse sentido, o estudo das religiões parece entrar numa fase histórica em que se configura uma tarefa primordial de organização mundial para a qual serão convocados todos os cidadãos. O estudo das religiões constitui, portanto, caminho de passagem para algo mais elevado que coincide com a própria vida dos sujeitos e grupos que compõem as nações e a sociedade planetária.¹³⁵

Atividades permanentes de aprofundamento teórico e metodológico dos fundamentos do ER podem ser organizadas pelas instituições de ensino que abrigam projetos acadêmicos sobre a temática da religião e do ensino. O cruzamento entre os estudos de Ciências da Religião e de educação pode produzir efeitos positivos sobre as interfaces das duas áreas de aplicações para o ER. Nesse sentido, as graduações em Ciências da Religião já existentes, são ponto de partida para a afirmação do modelo que se pretende, na medida em que se afirmam como área de conhecimento.¹³⁶

Os docentes que hoje atuam ministrando aulas de religião no Colégio Municipal de Itabela são graduados em diferentes áreas, como Pedagogia, Matemática e Biologia; entretanto, não possuem qualquer especialização na área do ER, conforme ficou explicitado através do levantamento de dados para elaboração do presente estudo.

3.4 A Prática Pedagógica Aplicada pelos Docentes de Ensino Religioso no Colégio Municipal de Itabela/BA

O fato de atuar profissionalmente no âmbito escolar, permite-nos perceber que a qualidade da relação docente-discente se acha relacionada a diversos fatores, e a responsabilidade de gerenciar a qualidade dessa relação não depende apenas desses dois sujeitos, mas também de todo o contexto didático técnico pedagógico da instituição. Observa-se que a relação docente-discente representa um esforço a mais na busca da praticidade, afetividade e eficiência no preparo do discente para a

¹³⁵ PASSOS, 2007. p. 42.

¹³⁶ PASSOS, 2007. p. 44.

vida, numa redefinição do processo ensino aprendizagem. Ser docente não constitui uma tarefa simples, ao contrário, é uma tarefa que requer amor e habilidades.

O docente tem um importante papel na mediação da aprendizagem. O comprometimento dele e a sua formação são apontados também como importantes fatores para a aprendizagem do discente. Conforme pontua Tardif [...] “a criança precisa encontrar um docente comprometido, principalmente que esteja certo do dever de desenvolver propostas de acordo com os diferentes níveis de aprendizagem”.¹³⁷

Antônio Carlos Gomes da Costa cita: “somos mais que docentes, temos de ser educadores na relação estabelecida com os nossos alunos. Isso requer, da nossa parte, abertura e sensibilidade e compromisso com a vida de nossos alunos”. De acordo com o autor, o papel do docente, além de transmitir conhecimentos, deve exercer uma influência positiva sobre os alunos e prepará-los para vida.¹³⁸

Barros afirma que “a escola precisa permitir à criança a observação e a ação espontânea sobre o ambiente físico, bem como favorecer o intercâmbio com outras crianças e adultos. O clima da sala de aula é decisivo para o desenvolvimento da criança”.¹³⁹

A escola, portanto, deve dar ênfase a questões como a interação social e o desenvolvimento moral-afetivo, como elementos fundamentais no processo de construção de pensamento, durante o processo ensino-aprendizagem.

Assim, com a finalidade de investigar a prática pedagógica utilizada pelos docentes que hoje ministram aulas de ER no Colégio Municipal de Itabela e assim analisar a questão do ER na instituição e no município, foram aplicados questionários aos mesmos, que se colocaram à disposição para respondê-los.

Partindo desse pressuposto, buscou-se se analisar a prática do ER desta escola. Para tanto, foram realizadas entrevistas, conforme questionário em anexo ao final deste, com 6 (seis) professores que lecionam a disciplina de ER, bem como o coordenador e o gestor da escola. O gestor e demais docentes responderam que estavam a par das memórias e desafios do ER, considerado na Bahia, até os dias

¹³⁷ TARDIF. *In: Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

¹³⁸ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Pedagogia da presença – da solidão ao encontro*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001, p.48.

¹³⁹ BARROS, C. *Psicologia e Construtivismo*. São Paulo: Ática, 1996, p.34.

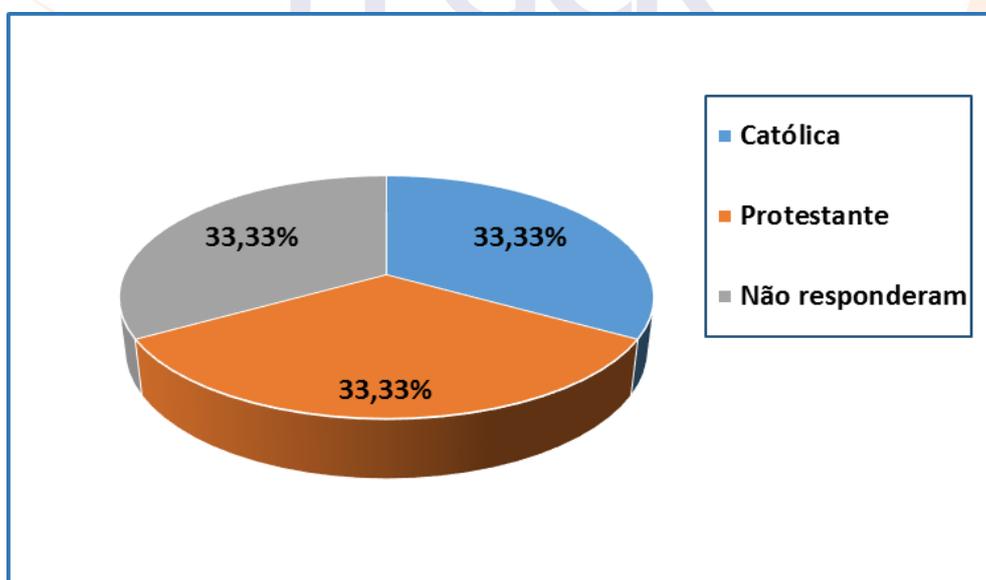
atuais, um privilégio, visto que o marco principal está nas terras onde foram fundadas as primeiras escolas dos jesuítas.

Questionado sobre os conteúdos a serem trabalhados, e os planejamentos, o coordenador pedagógico respondeu que cada docente realiza seus planejamentos de acordo com a realidade vivenciada, pois os recursos são escassos, e a escola não dispõe de recursos didáticos.

Questionado sobre o docente na sala de aula, se havia um docente específico e habilitado na disciplina de ER, respondeu dizendo que o próprio docente que leciona outras disciplinas, muitas vezes se prontifica a dar as aulas, como forma de completar sua carga horária. O mesmo diretor relatou que por não haver ainda docentes especializados na área, os docentes especialistas em Sociologia, Filosofia ou Ciências Humanas ocupam este espaço com uma aula semanal nas turmas.

Após tabulação dos questionários aplicados, os resultados obtidos foram os seguintes:

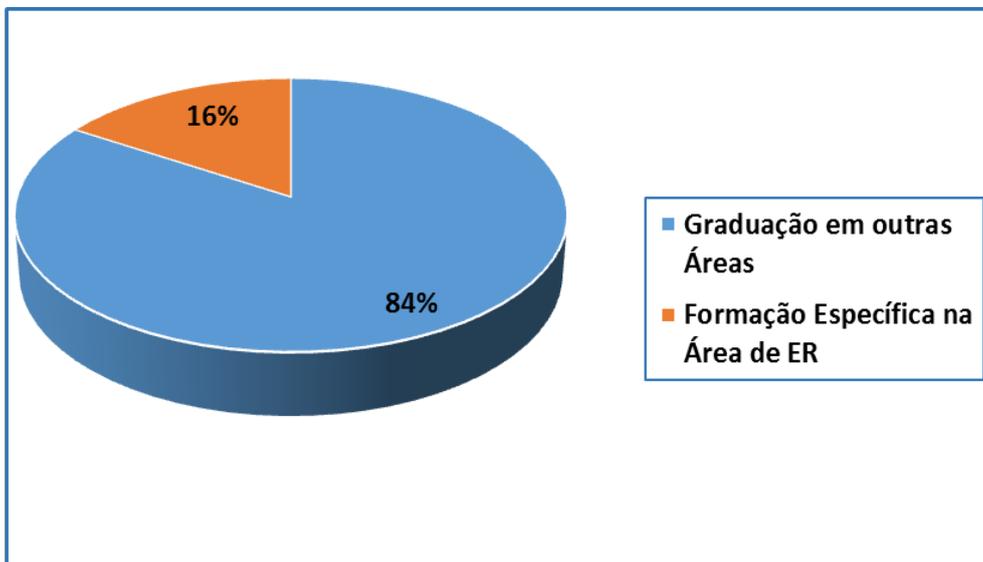
Gráfico 01 – Religião praticada pelo docente



Fonte: Elaborado pela autora, em agosto de 2015.

A pesquisa demonstrou que a maioria dos docentes do Colégio Municipal de Itabela não possui qualificação acadêmica para lecionar ER, visto que não possuem formação específica na área, entretanto, possuem graduação em outras áreas.

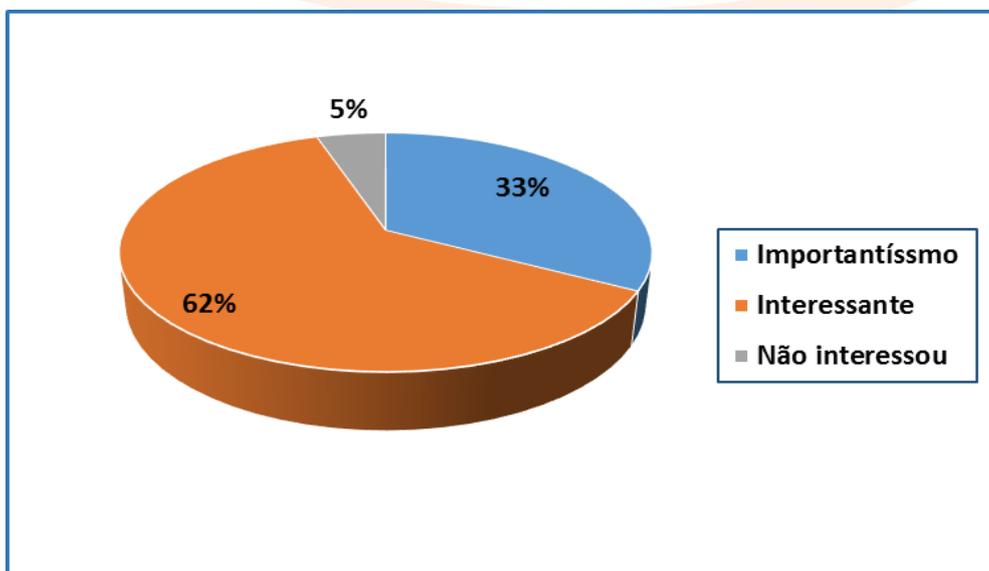
Gráfico 02 – Formação do docente



Fonte: Elaborado pela autora, em agosto de 2015.

Em resposta ao questionamento sobre qual religião praticam, o resultado foi igual para católica, protestante e os que preferiram não revelar.

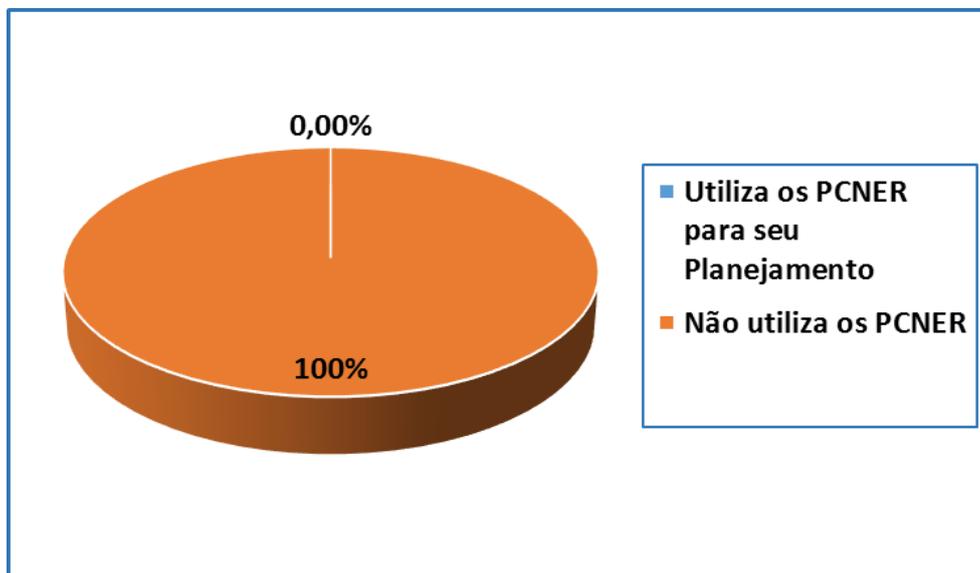
Gráfico 03 – Opinião sobre a prática do ER na escola



Fonte: Elaborado pela autora, em agosto de 2015.

Questionados sobre o que pensam a respeito do ER nos espaços da escola, 33% consideram importantíssimo estar trabalhando, 62% responderam que é interessante e 5% não se interessaram.

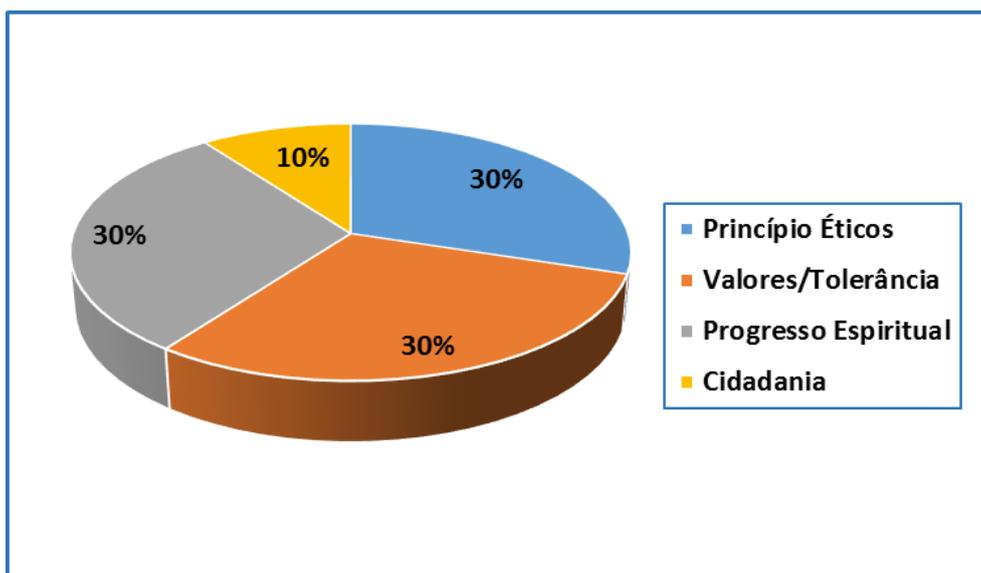
Gráfico 04 – Planejamento baseado nos PCNER



Fonte: Elaborado pela autora, em agosto de 2015.

Questionados sobre os conteúdos trabalhados na disciplina de ER, os docentes responderam que tais conteúdos não possuem nenhuma articulação com os PCNER na consolidação de seus planejamentos, sendo trabalhados de maneira aleatória.

Gráfico 05 – Conteúdos considerados mais importantes no ER

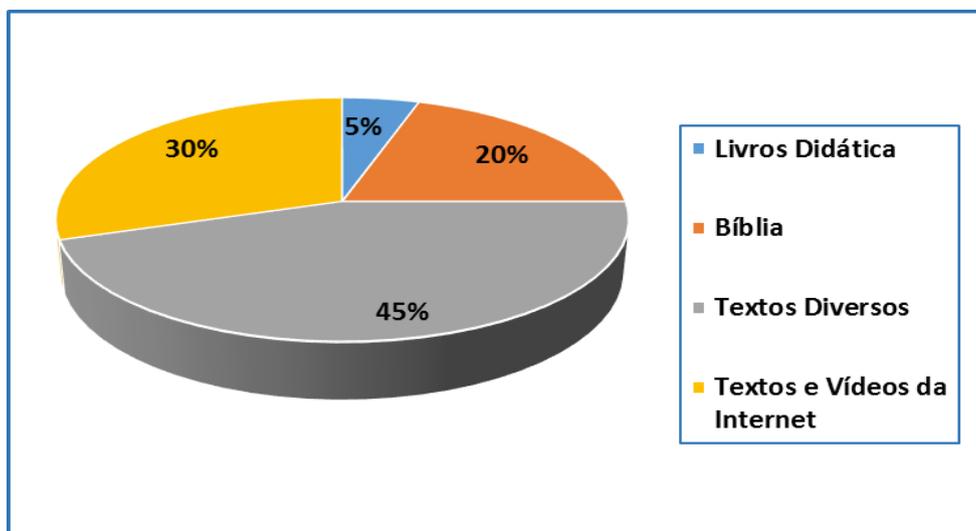


Fonte: Elaborado pela autora, em agosto de 2015.

Ao questionamento sobre quais os conteúdos considerados mais importantes no ER, os docentes responderam: 30% acham que os princípios éticos

são os mais importantes, 30% disseram que são os valores e a tolerância religiosa, também 30% responderam que é o progresso espiritual e 10% acham que é a cidadania.

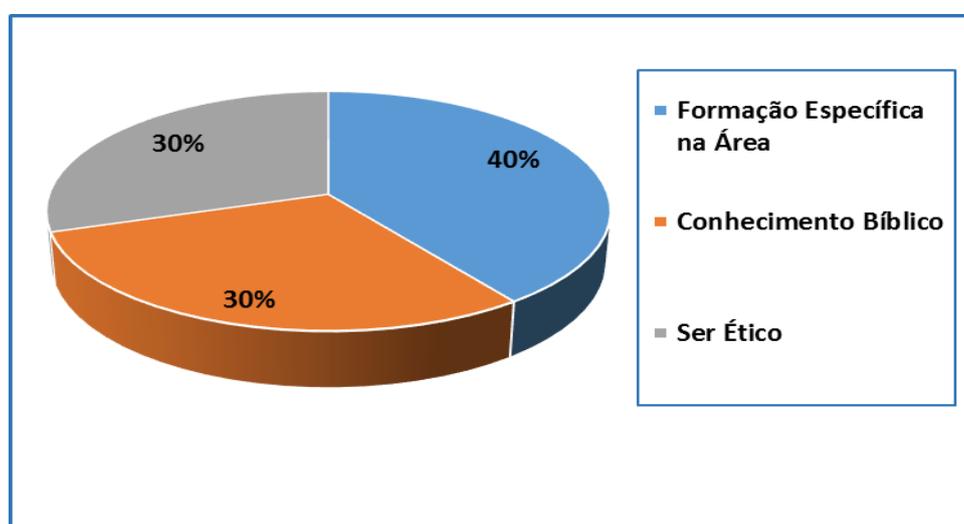
Gráfico 06 – Material utilizado nas aulas de ER



Fonte: Elaborado pela autora, em agosto de 2015.

Ao questionamento sobre qual material se utilizam para as aulas de ER, os docentes responderam: 5% utilizam livros didáticos, 20% utilizam a Bíblia, 45% utilizam textos diversos, e 30% utilizam vídeos da internet. Segundo estes, são trabalhados temas voltados ao ER, entretanto, trabalhando também os conhecimentos dos discentes em temas relacionados.

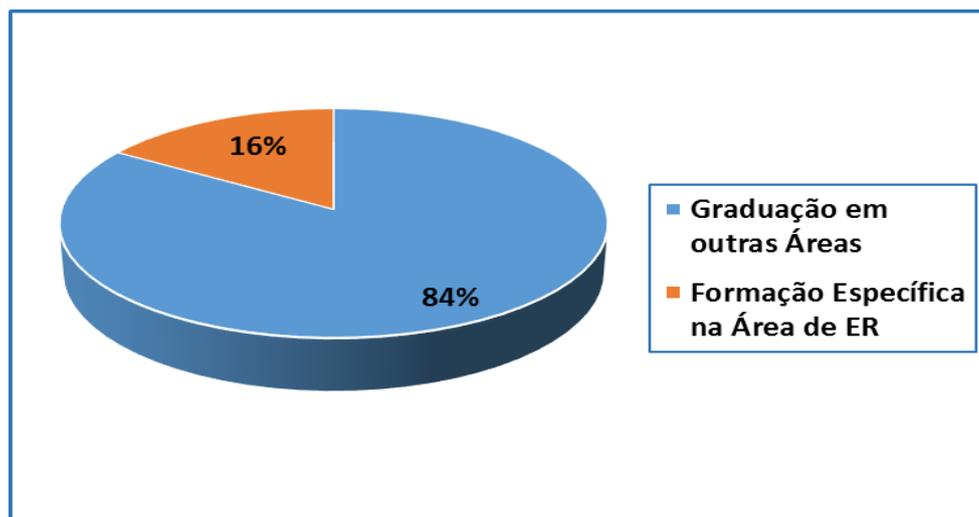
Gráfico 07 – Requisitos importantes para ser professor de ER



Fonte: Elaborado pela autora, em agosto de 2015.

Questionados sobre os principais requisitos para ser docente de ER, 40% respondeu que o conhecimento específico em ensino religioso, 30% acredita que conhecimento bíblico é essencial para a atuação e 30% disse que o docente tem que ser ético.

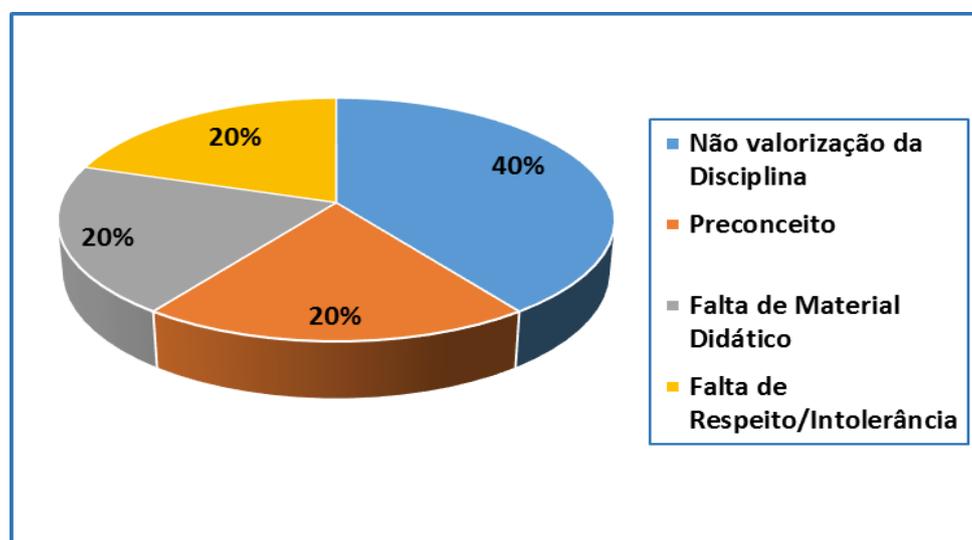
Gráfico 08 - Conhecimento sobre o programa de ER para o ensino fundamental



Fonte: Elaborado pela autora, em agosto de 2015.

Ficou evidenciado na pesquisa, que apenas alguns docentes entrevistados conhecem o Programa de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental, adotado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), tendo em vista que apenas 16% deles respondeu que conhece, entretanto, afirmaram valorizar a qualificação na área.

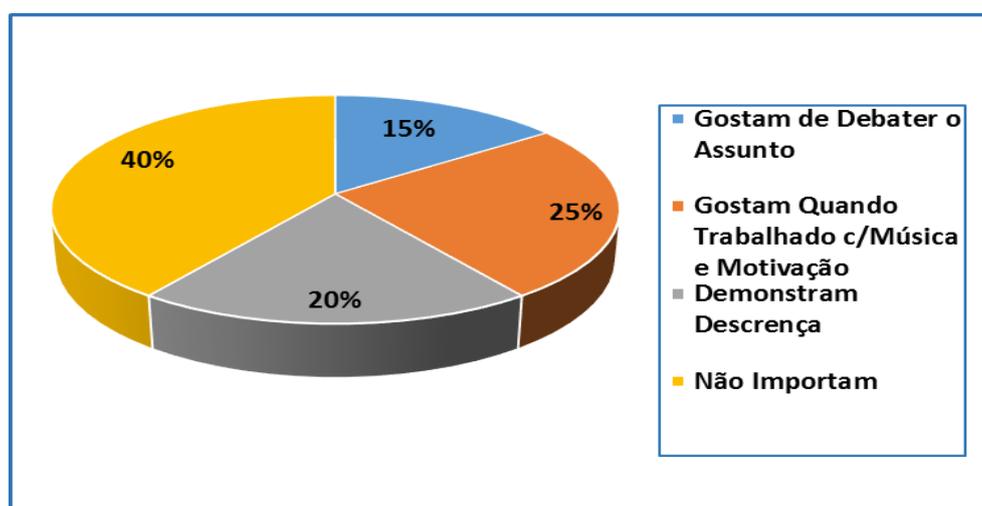
Gráfico 09 – Desafios enfrentados como docente do ER



Fonte: Elaborado pela autora, em agosto de 2015.

De acordo com o que foi respondido nos questionários sobre os desafios e dificuldades encontradas como docente do ER, o resultado foi: 40% se refere à não valorização da disciplina por parte dos discentes 20% cita o preconceito às religiões em geral ou a alguma específica. 20% sente maior dificuldade por não ter material didático da matéria e 20% citou a falta de respeito de uma forma geral, quando é citada uma ou outra religião.

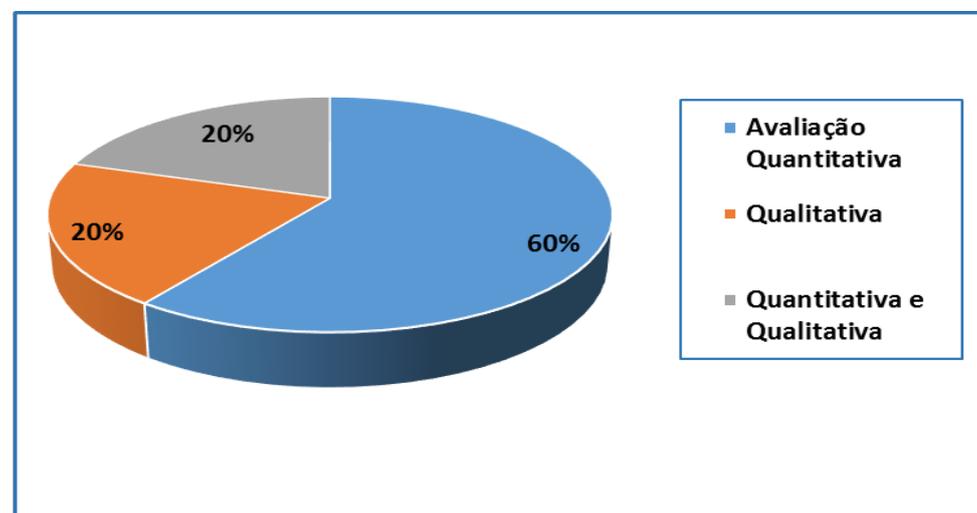
Gráfico 10 – Receptividade dos discentes ao ER



Fonte: Elaborado pela autora, em agosto de 2015.

No quesito receptividade as respostas demonstraram que 15% gostam de debater o assunto, 25% gostam do assunto quando é trabalhado junto com a música, 20% demonstram descrença e 40% não se importam.

Gráfico 11 – Tipos de avaliação utilizados no ER



Fonte: Elaborado pela autora, em agosto de 2015.

Os docentes avaliam a disciplina com sobreposição do valor quantitativo, obtidos através de testes, provas e trabalhos escritos. O que contraria as diretrizes propostas pelos PCNER.

Os docentes foram questionados também se conhecem o Programa de ER para o Ensino Fundamental adotado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), ao que todos responderam que não conhecem.

Desta forma a maioria tem a convicção que o ER deve ser trabalhado de forma contextualizada, a maioria segue a mesma forma de pensamento, visando contribuir para formação de cidadãos conscientes de seus valores éticos, religiosos e morais além de suas responsabilidades, aptos a decidir e atuar em seu meio social comprometendo-se com o bem-estar de cada um e da sociedade como um todo.

Mas para que isso aconteça, é preciso que a escola não trabalhe somente com informações e conceitos, ou seja, só na teoria, é importante que o tema transversal seja uma ferramenta utilizada para que o discente possa aprender de forma dinâmica, maneiras para transformar a realidade em que vive.

Conforme visto ao longo do estudo apresentado, os PCNER e o FONAPER preveem que o ER deve ser estruturado de maneira a trabalhar as Culturas e Tradições Religiosas, desenvolvendo os temas decorrentes da relação entre cultura e tradição religiosa, as Teologias, analisando as múltiplas concepções do Transcendente, os Textos Sagrados e Tradições Orais, aprofundando o significado da palavra sagrada no tempo e no espaço, os Ritos, buscando o entendimento das práticas celebrativas elaboradas pelos diferentes grupos religiosos, bem como a identificação dos símbolos mais importantes de cada tradição religiosa, e o Ethos, analisando a vivência crítica e utópica da ética humana a partir das tradições religiosas, considerando as orientações para o relacionamento com o outro.

Dessa forma, ao comparar o que preconiza os PCNER e o FONAPER e o que hoje existe no Colégio Municipal de Itabela em relação ao ER, é possível afirmar que tal disciplina é ministrada de maneira aleatória, visto que os docentes responsáveis pelas aulas não possuem formação específica para lecioná-la, bem como não existem normas pelas quais esses docentes possam seguir para que a mesma atinja seus objetivos que entre tantos outros são: possibilitar ao educando a percepção da dimensão transcendente inerente à natureza humana; desenvolver a capacidade reflexiva/crítica estimulando a razão e demais dimensões humanas para uma visão

mais abrangente do mundo; auxiliar no desenvolvimento do sentimento de amor ao próximo, e a tolerância para com o diferente, fazendo perceber que a paz, a justiça, o amor e a solidariedade são frutos de uma luta diária que começa no interior de cada um.



CONCLUSÃO

Considerações de Aninha

Melhor do que a criatura, fez o criador a criação.

A criatura é limitada.

O tempo, o espaço, normas e costumes.

Erros e acertos.

A criação é ilimitada.

Excede o tempo e o meio.

Projeta-se no Cosmos

Cora Coralina

A religião é um rico universo multifacetado e multicultural. É a tradução da intensa relação do homem consigo próprio, com o outro, com o universo e com um ser superior. Relação essa transubstanciada numa intrigante e instigante teia de signos. Símbolos esses que, ao longo da história o homem por meio deles buscou significar, ressignificar e humanizar sua história, o meio inserido, sua cultura. Trajetória essa edificadora de identidade.

Nesse universo plural de encontros e desencontros, de caos e cosmo, o homem - sujeito epistêmico - rompeu horizontes e paradigmas, tecendo um minucioso olhar aos fenômenos da religião. Enquanto fenômenos produzidos pela ação humana, estes logo são orgânicos e, portanto, estão em constantes mudanças, ora pelo homem e outrora por ações externas a ele, não explicadas, no qual o cognominou de mistério.

Percebeu-se que a ação fenomenológica da religião tornou-se um vasto campo na atualidade para profundos estudos. Pois o fenômeno religioso entrecruza com outros tantos conhecimentos construídos ao longo da história, tais como a Antropologia, a Filosofia, A Sociologia, a História, a Arte, abrindo portas para a edificação de tantos outros saberes.

Daí compreende-se por fim, que faz-se necessário regulamentar o ER no âmbito escolar com uma proposta plural e dialética, contribuindo de forma afirmativa para a formação do indivíduo. No mais, procurou-se conhecer o desenvolvimento histórico do ER, sempre fazendo a relação presente/passado e sua importância na vida do ser humano. Recomenda-se que seja feito este tipo de estudo na formação docente, uma vez que poderá ser útil a todos aqueles que estão inseridos no

cotidiano da escola e, também, àqueles que estão abertos à pluralidade cultural e religiosa.

O ER é na verdade, um envolvente convite a olhar o fenômeno religioso. Pois olhar é entrever, investigar, ousar saber. É procurar por meio do olhar transformar a realidade humana. Realidades como a intolerância as diferenças de credo, orientação sexual, social e econômica.

Mas percebeu-se ainda que, ao longo do tempo, o ER perdeu sua identidade e seu papel no ambiente escolar. Pois a LDB 9394/1996 põe a disciplina como parte do núcleo comum da estrutura curricular das escolas públicas brasileiras, proibindo qualquer tipo de proselitismo. Só que, no espaço escolar, os avanços têm sido mínimos em razão da formação do docente ainda ser inadequada, o que prejudica a compreensão do fenômeno religioso e da diversidade religiosa de forma plural no estudo de ER na sala de aula.

Na escola que serviu de foco desta pesquisa, percebe-se que a prática pedagógica está bem distante do que seria realizada por um profissional qualificado para lecionar a disciplina de ER. Não há um cuidado com a elaboração de um currículo de acordo com as orientações da Lei e/ou das Diretrizes. Os conteúdos não são aplicados a partir dos PCNER. Até mesmo a própria Secretaria Municipal de Educação não possui uma proposta ou material de apoio didático-pedagógico para dar suporte aos profissionais não licenciados na área, mas que atuam com a disciplina.

Mas é importante pontuar, entretanto, que no processo de ensino e aprendizagem em ER no Colégio Municipal de Itabela/BA o discente não possui livro didático como procede com outras disciplinas. O fenômeno religioso para a maioria dos professores que ministram a disciplina representa uma grande dificuldade, pois não há essa espécie de bússola norteadora na hora de consolidar seu planejamento anual.

Em síntese, podemos dizer que o ER exercerá verdadeiramente o comprometimento com a formação básica do cidadão; quando, de fato, for tratado como uma disciplina de natureza epistemológica com profissionais qualificados para “efetivar-se como uma prática educativa legítima e comum no currículo e na vida dos educandos”.¹⁴⁰

¹⁴⁰ Passos, 2007, p. 23.

Dentre os desafios para o ER na atualidade é possível destacar: a necessária superação das tradicionais aulas de religião; a inserção de conteúdos que tratem da diversidade de manifestações religiosas, dos seus ritos, das suas paisagens e símbolos; e as relações culturais, sociais, políticas e econômicas, de que são impregnadas as diversas formas de religiosidade.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eninéia Maria de. *História do Ensino Religioso e da Formação de Professores no Estado da Bahia*. Disponível em: <http://www.gper.com.br/newsletter/fb8cc2b2440bf6502284d089d6cae994.pdf>. Acesso em: 29/10/2015.

ALVES, Diego Dener. *Criminalização da homofobia e a possibilidade de confronto com a liberdade religiosa e de expressão das Igrejas Cristãs Brasileiras*. Publicado 12/2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18054/projeto-de-lei-da-camara-n-122-2006>>. Acesso em: 20/09/2015.

ARAÚJO, Adilson César de. *Gestão democrática da educação: a posição dos docentes*. PPGE/UnB. Brasília. Dissertação de Mestrado, mimeog. 2000. Disponível em: <www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/download/116/305>. Acesso em: 30/10/2015.

AULETE, Caldas. *Religião. Minidicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/religi%C3%A3o>> Acesso em: 03/11/2015.

BAHIA, Palácio do Governo do Estado. *Lei Estadual Nº 7.945/2001*. Disponível em: <<http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/LEI%207945%20bahia.pdf>> Acesso em: 25/08/2015.

BAHIA, Secretaria de Educação Básica do Estado da. *Orientações Curriculares e Subsídios Didáticos para a Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Fundamental de Nove Anos*. [s.d] Disponível em: <www.educacao.ba.gov.br/.../orientacoes-pedagogicas-1-ao-9-ano-ensino-religioso-155159.pdf> Acesso em: 30/10/2015.

BARROS, C. *Psicologia e Construtivismo*. São Paulo: Ática, 1996.

BOFF, Leonardo. *A Voz do Arco-íris*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

_____. *O despertar da água: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. 17 ed. Petrópolis : Vozes, 2002.

_____. *Os Sacramentos da Vida e a Vida dos Sacramentos*. Petrópolis–RJ :Editora Vozes, 1975.

_____. [s/d]. *Identidade e Complexidade*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/desejos/textos/galaxy.html>>. Acesso em: 05/11/2015.

_____. *Saber Cuidar: Ética do humano: compaixão pela terra*. 8 ed. São Paulo: Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988, Brasília. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7638. Acesso em: 20/06/2015.

_____. Câmara de Educação Básica, *Parecer 012/97, esclarecendo dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96, em complemento ao parecer CEB/05/97*, 1997.

_____. *Lei nº 12.796/2013*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm Acesso em: 28/09/2015.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm Acesso em: 20/05/2015.

_____. *Lei Nº 9475 de 1997*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9475.htm. Acesso em: 20/05/2015.

_____. Ministério da Educação; Secretária da Educação Básica – *Conselho Escolar e Aprendizagem na Escola*. Brasília: DF, 2004.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso*. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural*. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/literatoliberato/pcn-102-tt-pluralidade-cultural>. Acesso em: 03/11/2015. 2001.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRAVIM, Ana Valéria. *História do Colégio Municipal de Itabela*. Postado em 16/08/13 12:42:26 - Atualizado em 21/08/13 07:53:27. Disponível em: <http://clic101.com.br/ver.php?id=626>. Acessado em 28/10/2015.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2002.

COSTELLA, Domenico. *O Fundamento Epistemológico de Ensino religioso*. In: JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul (Orgs.) *O ensino religioso no Brasil*. 2.ed. ver. e ampl. Curitiba: Champagnat, 2011.

CORTELLA, Mario Sergio. *Educação, Ensino Religioso e formação docente*. In: Educação, Ensino Religioso e formação docente – Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo. SENA, Luzia (Org). 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Pedagogia da presença – da solidão ao encontro*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

DAWKINS, Richard. *Deus, um Delírio*. 2007. Tradução Fernanda Ravagnani. Campanhas da Letra. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/tenoriobez/deus-umdelirioricharddawkins>> Acesso em: 30/10/2015.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm#18>>. Acesso em: 20/06/2015.

DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. *Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância*. In: Revista de Estudos da Religião ISSN 1677-1222. Setembro/2009, p. 45 Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.htm. > acesso em: 05/11/2015.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. 9. ed. 2. Imp. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Mircea. *O sagrado e o profano: a essência da religião*. São Paulo Editora Martins Fontes, 2001.

FERNANDES, Camila Vicenci. *Liberdade religiosa: Aspectos históricos e os dilemas hodiernos: A tolerância como resposta?* [s/d]. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7638>. Acesso em 15/08/2015.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; E. Marques GUIMARÃES. *Religião. Dicionário Brasileiro Globo*. São Paulo: Globo, 1998.

FONAPER. *Caderno Temático Ensino Religioso*, nº. 1. [s/d].

FONAPER- *Ensino religioso capacitação para o novo milênio*. Cadernos 1-12.2000.

FOUCAULT, Michael. 1985. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: MACHADO, R. (org.) *Microfísica do Poder*, RJ, Graal, 5. ed. 1985.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia; saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996. Passim.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1991.

GOMES, Carmen H. P. A “nova LDB”: *Algumas implicações na Formação e na Valorização dos profissionais da Educação*. In: BONETI, Lindomar Wessler. Educação, exclusão e cidadania. 3. ed. Injuí: Ed. Unijuí, 2003.

GRESCHAT, Hans – Jürgen. *O Que é Ciência da Religião?* São Paulo: Paulinas, 2005.

HUIZINGA, Joham. *Homo Ludens*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291465&search=%7CItabela>. Acesso em: 28/10/2015.

JUNG, Carl G. *O Homem e seus Símbolos*. Tradução de Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

JUNQUEIRA, Sérgio. *A presença do ensino religioso no contexto da educação*. In: Sérgio; WAGNER, Raul. (Orgs.) *O ensino religioso no Brasil*. 2.ed. ver. e ampl. Curitiba: Champagnat, 2011.

LIBÂNEO. Jose Carlos *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. 5 ed. Goiania, GO: Alternativa, 2004. Disponível em: www.fecam.org.br/.../0.339244001284733185_artigo_projeto_pedagog. Acesso em: 06/11/2015.

_____. *Didática*. In: BECHIS SOLANGE. *Avaliação Planejamento Escolar*. 2011. Disponível em: <https://sueliteixeira.files.wordpress.com/.../avaliac3a7c3a3o-escolar.docx>. Acesso em: 15/08/2015.

LUCKESI. Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Verificação ou avaliação: o que pratica a escola?* [s/d]. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p071-080_c.pdf >. Acesso em: 10/05/ 2015

MENDES, Rosa Emília de Araújo. Projeto Político Pedagógico em favor da Escola. Revista AMAE educando. N. 291. Belo Horizonte, Maio 2000.

MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob. PASSOS João Décio. *O Ensino Religioso como área de conhecimento: contribuições à discussão no Conselho Nacional de Educação*. 2001. In: Educação, Ensino Religioso e formação docente – Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo. SENA, Luzia (Org). 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

MOURA, Marinaide Ramos. *O Simbólico em Cassirer*. Ideação, Feira de Santana, n.5, p.75-85, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.uefs.br/nef/marinaide5.pdf> Acesso em 30/10/ 2015.

OLENIKI, Marilac Loraine R. *O Ensino Religioso na formação integral do educando*. In: Congresso Estadual de Educação da AEC/PR, 15, 2003, Curitiba. Anais... Curitiba: Champagnat, 2003.

OLIVEIRA, Anailson, *O Fenômeno Religioso e a Filosofia*. [s/d]. Disponível em: <http://www.gper.com.br/newsletter/317e25dd469a37f568c64f9404e27002.pdf>. Acesso em: 20/05/ 2015.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de et al. *Formação docente em Santa Catarina: olhares e leituras na perspectiva de uma formação continuada em Ensino Religioso*. In:

Formação de docentes e Ensino Religioso no Brasil: Tempos, Espaços, Lugares. OLIVEIRA et al (Orgs), Blumenau: Edifurb, 2008.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta.* São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção Temas do Ensino Religioso)

_____. João Décio. *Ensino Religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas.* In: *Ensino religioso e formação docente: ciências da religião ensino religioso em diálogo.* SENA, Luzia. (org)- 2. ed - São Paulo: Paulinas, 2007.

PCNER, 2006. In: PEREIRA, Ana Ericka Sobral Chispim et al. Um estudo das práticas docentes do ensino religioso em escolas públicas da Paraíba. Disponível em:

<<http://www.afirse.com/archives/cd11/GT%2011%20%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20E%20RELIGI%C3%83O%20POL%C3%8DTICAS%20E%20PR%C3%81TICAS/1101%20%20estudo%20das%20pr%C3%A1ticas%20docentes%20%20Ana%20Erica%20Sobral.pdf>>. Acesso em: 05/11/2015.

POLIDORO, Lurdes Fátima; STIGAR, Robson. *O Ensino Religioso em face do Projeto Político Pedagógico.* Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano III, n. 18, p.2. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Ensino_religioso/er_ppp.pdf> Acesso em: 15/08/2015.

Projeto Político Pedagógico do Colégio Municipal de Itabela.2015.

RANQUETAT JUNIOR, César Alberto. *Do Confessional ao Plural: uma análise sobre o novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas brasileiras.* 2007, p. 290.

Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=1842>. Acesso em: 04/11/2015.

RESOLUÇÃO CEE Nº 285, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em: <<https://cejla.files.wordpress.com/2010/01/resolucao-cee-nc2ba-285-2005.pdf>>. Acesso em: 30/10/2015.

RUSSAR, Andrea. In: *Brasil: A laicidade e a liberdade religiosa desde a Constituição da República Federativa de 1988.* Disponível em:

<<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/brasil-laicidade-e-liberdade-religiosa-desde-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-rep%C3%BAblica-federativa-de-1988>>. Acesso em: 04/11/2015.

SALLA, Fernanda. *Ensino Religioso e escola pública: uma relação delicada.* In: *Revista Nova Escola.* 2015. Disponível em:

<<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/ensino-religioso-escola-publica-relacao-delicada-laica-religiao-747579.shtml>>. Acesso em 29/10/ 2015.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?* São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros Passos; 110.

SOARES, Afonso Maria Ligório. In: Prefácio da obra de PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. *Religião e Educação - Da Ciência da Religião ao Ensino Religioso*. São Paulo: Paulinas, 2010.

SOUZA, Regina Célia de, [s/d]. Disponível em:
<<http://www.brasilecola.com/psicologia/atitude-preconceito-estereotipo.htm>>.
Acesso em 28/09/2015.

STIGAR, Robson. *O Ensino Religioso e o Projeto Político Pedagógico*. Publicado 25/01/2013. Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/o-ensino-religioso-e-o-projeto-politico-pedagogico-26847/artigo/#.VLXAWNLF-Lw>. Acesso em: 03/11/2015.

STRECK, Gisela Isolda Waechter. *A disciplina Ensino Religioso com adolescentes*, [s/d], p.125-137. Disponível em:
<http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/559/517>.
Acesso em: 15/08/2015.

THEISSEN, Gerd. *A Unidade da Igreja Coerência e Diferença no Protocristianismo*. *Estudos Teológicos*, v. 44, n. 1, p. 85-104, 2004. Disponível
<http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/573/527>.
Acesso em: 30/10/2015.

TARDIF *apud* FONTANIVE et al. *Formação docente em Santa Catarina: olhares e leituras na perspectiva de uma formação continuada em Ensino Religioso*. In: *Formação de docentes e Ensino Religioso no Brasil: Tempos, Espaços, Lugares*. OLIVEIRA et al (Orgs), Blumenau: Edifurb, 2008.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. AMARAL, Tânia Conceição Iglésias do. *Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino religioso nas escolas públicas*. Disponível em:
<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1248/1060>>. Acesso em: 10/03/2015.

USARSKI, Frank. *O espectro disciplinar da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva*. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro Org) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 15.ed. Campinas: Papirus, 2002.



ANEXO - A

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
DA FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA/ES**

LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE A DOCÊNCIA EM ENSINO RELIGIOSO
FINALIDADE: PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
RESPONSÁVEL: JOELITA FARIAS SILVA LODI

**PESQUISA REALIZADA COM OS DOCENTES DO COLÉGIO MUNICIPAL DE
ITABELA****I- Dados pessoais:**

- 1) Nome completo: _____

2) Idade: _____
3) Confissão religiosa atual: _____

II- Formação acadêmica:

- 1) Curso de graduação: _____
2) Formação específica na área de Ensino Religioso: _____

III- Experiência profissional:

- 1) Tempo de magistério: _____
2) Anos de magistério na área de Ensino Religioso: _____
3) Ministra ou ministrou outra (s) disciplina (s) além do Ensino Religioso? Sim
____ Não ____ .Em caso positivo, qual(is)? _____

4) Atualmente, ministra outra (s) disciplina (s) além do Ensino Religioso? Sim
____ Não ____ .Em caso positivo, qual(is)? _____

5) Nome da (s) escola (s) em que trabalha atualmente como professor de Ensino
Religioso: _____

6) Série (s) com que trabalha atualmente na área de Ensino Religioso? _____

IV- Percepções sobre a formação e a docência na área de Ensino Religioso:

- 1) Qual a importância da disciplina Ensino Religioso na matriz curricular?

2) Que conteúdos/temas você considera centrais ou mais importantes no programa
de Ensino Religioso? _____

3) Quais os textos e/ou subsídios pedagógicos mais utilizados por você em sala de aula? _____

4) Considera necessária formação específica para a docência na área de Ensino Religioso? Sim____ Não____ Por quê? _____

5) Quais são, na sua opinião, os requisitos importantes para ser professor de Ensino Religioso? _____

6) Você conhece o Programa de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental, adotado pela Secretaria de Estado da Educação? Sim __ Não__

Em caso positivo, qual a sua opinião a respeito? _____

7) Você conhece o Programa de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental, adotado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC)? Em caso positivo, qual a sua opinião a respeito? _____

8) Qual o maior desafio ou dificuldade que você experimenta como educador na área de Ensino Religioso? Explique: _____

9) A partir da sua experiência em sala de aula, qual é a receptividade que os discentes dão à disciplina Ensino Religioso? Explique: _____

10) A disciplina Ensino Religioso possui algum tipo de nota ou conceito? De que forma você avalia o trabalho desenvolvido? _____

*Nossos agradecimentos pela valiosa participação!
Acreditamos que sua opinião será preciosa
para o aprimoramento da disciplina Ensino Religioso em nossas escolas.*

ANEXO - B

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
DA FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA/ES**

LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE A DOCÊNCIA EM ENSINO RELIGIOSO

FINALIDADE: PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RESPONSÁVEL: JOELITA FARIAS SILVA LODI

PESQUISA REALIZADA COM A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

1. Quantos professores trabalham com Ensino Religioso no Ensino Fundamental II?

R: _____

2. Qual a formação acadêmica dos professores que lecionam ER?

R: _____

3. Qual a carga semanal de ER?

R: _____

4. Consta na matriz curricular a disciplina de ER? Em caso positivo, qual o campo pertence, ou seja das disciplinas do núcleo comum ou das específicas?

R: _____

5. Há uma Proposta Pedagógica no PPP da escola para o ensino da disciplina de ER.

R: _____

6. Qual tipo de material didático religioso utilizado pelos profissionais?

R: _____

7. Há planejamento das aulas de ER?

R: _____

8. Como é visto a disciplina ER pela equipe da coordenação da escola?

R: _____

9. Como é feito o processo de avaliação da disciplina de ER.

R: _____